

PARPÚBLICA
PARTICIPAÇÕES PÚBLICAS (SGPS) S.A.

**RELATÓRIO DE
SUSTENTABILIDADE
2017**

Índice

1. Introdução.....	3
1.1 Mensagem do Presidente	3
1.2 Base para a Preparação do Relatório de Sustentabilidade	6
2. Grupo PARPÚBLICA	9
3. Modelo de Governo	15
3.1 Estrutura Orgânica da <i> Holding</i>	18
3.2 Instrumentos de Bom Governo	21
4. Envolvimento com os <i>Stakeholders</i>	27
5. Estratégia de Sustentabilidade	29
5.1 Valorização dos Negócios	31
5.2 Valor para a Sociedade	34
5.3 Valorização dos Colaboradores	44
5.4 Valorização dos Aspetos Ambientais.....	47
6. Nota Final.....	62
ANEXO: Tabela GRI	63

1. Introdução

1.1 Mensagem do Presidente



Este é o primeiro Relatório de Sustentabilidade da PARPÚBLICA SGPS, S.A.. O ano de elaboração de um primeiro relatório constitui sempre um momento assinalável para a empresa, para o seu Conselho de Administração, para as suas colaboradoras e para os seus colaboradores, bem como para os restantes *stakeholders*.

A opção que a PARPÚBLICA faz pela apresentação de um relatório autónomo de SUSTENTABILIDADE constitui, em primeiro lugar, a afirmação de um compromisso da empresa com a prossecução do interesse público, a promoção da economia do País, e com o FUTURO.

Em segundo lugar não podemos, todos nós, deixar de assumir o desafio e a responsabilidade de contribuirmos, na parte que nos cabe, para a aplicação e difusão de Boas Práticas no Setor Empresarial do Estado.

Em terceiro lugar, face à heterogeneidade da atividade das empresas do Grupo, entendemos ser este o momento de elevar o nosso compromisso em matéria de transparência e *accountability*, com o incremento do esforço de identificação e organização de impactos e mensuração de efeitos.

O Grupo PARPÚBLICA inclui empresas que, pela sua atividade própria, possuem, em matéria de sustentabilidade, um papel de relevo, mais fácil de interpretar e de efeitos particularmente diretos. Será o caso das Águas de Portugal e da sua gestão eficiente do ciclo da água. Será o caso da Companhia das Lezírias, com a procura de um desenvolvimento agrícola, da

floresta e do turismo consonante com uma cada vez melhor gestão dos recursos naturais. Será ainda o caso da atividade imobiliária, com a recuperação de passivos ambientais, com a inclusão de medidas preventivas de redução de impactos e com um elevado potencial de disseminação de boas práticas.

Outras empresas há que, embora por vezes com uma menor visibilidade, contribuem também de forma decisiva para uma atuação pública no domínio da sustentabilidade. Serão os casos da INCM no seu papel de apoio à cultura, às artes e à língua Portuguesa, do Hospital da Cruz Vermelha no relacionamento com o seu meio envolvente e apoio a segmentos da população, para além do desenvolvimento das melhores práticas na eliminação de resíduos, da SIMAB no relacionamento com *stakeholders* de proximidade, promoção de produtos portugueses ou redução do desperdício alimentar; da Circuito do Estoril, com as suas ações viradas para boas práticas de condução, ou o apoio à comunidade nas vertentes formativas e de solidariedade.

A atuação formativa e de promoção de boas práticas constitui, aliás, um traço comum ao funcionamento das empresas do Grupo.

Para além disso, e como não existe qualquer pequena medida que possa ser considerada como medida pequena, a atividade das empresas e da *holding* não pode deixar de ser permanentemente virada para uma procura contínua de medidas de redução de consumos – de eletricidade, de água, de papel, etc. – ao mesmo tempo que focada no comportamento ético, de respeito pelo próximo, de respeito pela diversidade de ideias e de pensamento, de promoção da igualdade de géneros, de estímulo à conciliação da vida profissional e familiar.

A implementação de medidas no domínio da sustentabilidade e responsabilidade social beneficiará sempre com uma cultura colaborativa, de funcionamento em rede, e de troca de ideias, numa comunidade aberta, que aposta na criatividade, e responsável. Esse deve ser o nosso compromisso, pois o importante não é termos um plano estabelecido, mas irmos planeando.

Neste contexto de sustentabilidade responsável, nunca é de mais realçar que a sustentabilidade financeira de longo prazo e o compromisso com a eficiência na gestão financeira das empresas é, e continuará a ser, um elemento central na missão da PARPÚBLICA.

Aproveito para agradecer aos que contribuíram para a elaboração do presente relatório, dentro e fora da *holding*, em momentos nem sempre fáceis devido aos trabalhos de fechos de contas e de reporte de resultados e por vezes, em contextos desafiadores de adaptação a novas funções. De todas e de todos recebemos, não apenas empenho, mas entusiasmo!

A apresentação de um primeiro relatório constitui um momento importante e memorável, de natureza fundacional e não apenas formal.

Este relatório, certamente ainda imperfeito, constituirá um ponto de partida para o envolvimento de cada colaboradora e cada colaborador. Constituirá uma base para o trabalho a desenvolver. Constituirá um reforço de níveis de responsabilidade e de compromisso. Porque é isso que deveremos exigir a nós próprios: o reforço da missão da PARPÚBLICA, com os olhos postos na SUSTENTABILIDADE futura da nossa atividade.

E, já agora, evite imprimir este relatório!

Miguel Cruz

1.2 Base para a Preparação do Relatório de Sustentabilidade

A PARPÚBLICA, Participações Públicas, SGPS, S.A. (PARPÚBLICA) pretende com este documento dar cumprimento, de forma integral e sistematizada, às obrigações decorrentes do Decreto-Lei nº 89/2017, de 28 de julho, no que se refere à divulgação de informações não financeiras e de informações sobre a diversidade por parte de grandes empresas e grupos, como é o caso do Grupo PARPÚBLICA.

Este documento pretende constituir, para além de elemento relevante para o cumprimento de obrigações legais, uma evidência do compromisso da PARPÚBLICA com a promoção de Boas Práticas e com o estímulo junto de *stakeholders* internos e externos, em matéria de sustentabilidade.

A PARPÚBLICA e as suas participadas apresentam-se localizadas no território nacional.

Para a PARPÚBLICA é essencial a promoção e manutenção da sustentabilidade económica e financeira do Grupo, sendo esta a única forma de salvaguardar o valor dos seus ativos, tendo a atividade da *Holding* e do Grupo sido conduzida ao longo dos anos com o objetivo primordial da preservação dos equilíbrios que assegurem a sua sustentabilidade económica e financeira.

2017 foi um ano de incremento do Papel da PARPÚBLICA no contexto do Setor Empresarial do Estado, e de alteração na orientação de gestão, mantendo-se a sustentabilidade económica e financeira do Grupo como um elemento central na atuação da gestão.

A preocupação central da PARPÚBLICA tem sido sempre a de garantir que o valor intrínseco da carteira de participações e dos restantes ativos, e a sua respetiva rentabilidade, são suficientes para assegurar a satisfação atempada dos compromissos assumidos com todos os *stakeholders*.

No atual cenário económico, assume-se assim como indispensável uma adequada análise dos riscos inerentes à atividade da *holding* e demais empresas do Grupo e ao enquadramento em que os mesmos se desenvolvem em todos os segmentos de negócio, de modo a que a atuação dos órgãos de gestão possa ser proativa na defesa dos legítimos interesses das empresas e dos diversos *stakeholders*, bem como do interesse público inerente à natureza pública do capital do Grupo.

A atuação da empresa e dos seus dirigentes e colaboradores está enquadrada por um sistema regulamentar e normativo definido com o objetivo de preservar o valor dos ativos confiados à gestão da PARPÚBLICA e a qualidade dos serviços prestados, num contexto particular decorrente da sua integração no setor empresarial do Estado. Inclui-se neste conjunto de documentos o Código de Ética, bem como o que define a Política de Gestão do Risco de Fraude e Infrações Conexas, incluindo o Plano de Prevenção de Riscos de Fraude, Corrupção e Infrações Conexas. Para além destes há ainda a ter em conta os regulamentos de natureza operacional relacionados com a sua interação a nível interno e externo, nomeadamente o Plano de Igualdade de Género e a Política de Segurança Informática e Privacidade, bem como o Regulamento Para a Aquisição de Bens e Serviços, Locação de Bens e Contratação de Empreitadas.

Assim sendo, este documento enquadra-se no âmbito das alterações efetuadas nos artigos 65.º, 451º e 528º do Código das Sociedades Comerciais, decorrentes do Decreto-Lei nº 89/2017, de 28 de julho, e do aditamento ao mesmo Código aprovado pelo Decreto-Lei nº 262/86, de 2 de setembro, relativo aos artigos 66.º - B, 508.º - G e 546.º, contendo, no âmbito das demonstrações não financeiras consolidadas, informações bastantes para uma compreensão da evolução, do desempenho, da posição e do impacto das atividades do grupo, referentes, entre outras, às questões ambientais, sociais e relativas aos trabalhadores, à igualdade entre mulheres e homens, à não discriminação, ao respeito dos direitos humanos, ao combate à corrupção e às tentativas de suborno, incluindo:

- a) Uma breve descrição do modelo empresarial do grupo;
- b) Uma descrição das políticas seguidas pelo grupo em relação a essas questões, incluindo os processos de diligência devida aplicados;
- c) Os resultados dessas políticas;
- d) Os principais riscos associados a essas questões, ligados às atividades, incluindo, se relevante e proporcionado, as suas relações empresariais, os seus produtos ou serviços suscetíveis de ter impacto negativo nesses domínios e a forma como esses riscos são geridos pelo grupo;
- e) Indicadores-chave de desempenho relevantes para a sua atividade específica.

Relativamente à sua estrutura e apresentação, o presente Relatório, foi elaborado tendo como referência o quadro GRI - *Global Reporting Initiative* (versão G4 em anexo). De referir ainda que o presente Relatório não foi sujeito a verificação externa.

O Relatório de Sustentabilidade da PARPÚBLICA SGPS foi preparado pela primeira vez este ano, e reporta ao desempenho de sustentabilidade entre janeiro e dezembro de 2017. A partir

deste exercício, o Relatório de Sustentabilidade passará a ser efetuado de forma sistemática, anualmente, com o objetivo de evoluir para uma utilização ainda mais detalhada do quadro GRI.

A responsabilidade da elaboração do Relatório está a cargo da PARPÚBLICA, podendo o mesmo ser consultado em www.parpública.pt e, se for o caso, serem pedidas informações adicionais ao representante para as relações com o mercado através do e-mail miguel.roquette@parpublica.pt, ou ainda para a morada Avenida Defensores de Chaves, N.º 6 1000-017 Lisboa.



2. Grupo PARPÚBLICA

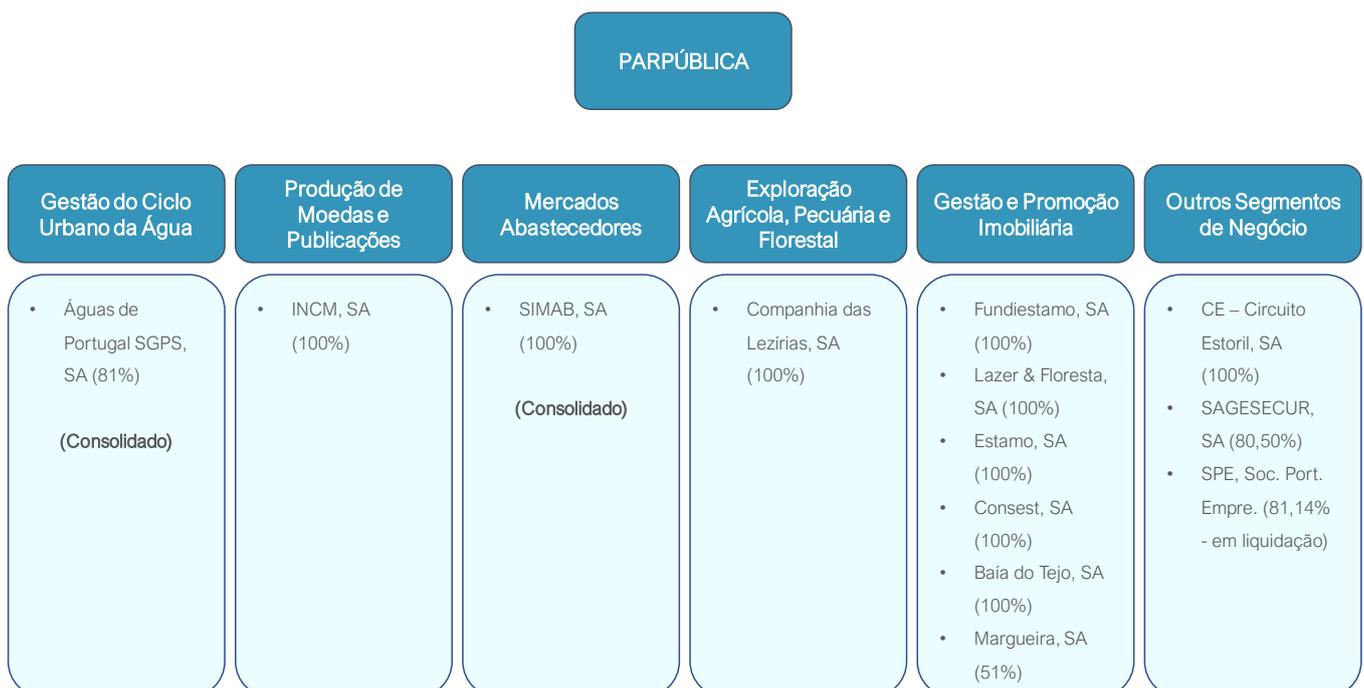
A **visão** do Grupo PARPÚBLICA consiste na defesa dos ativos públicos que estão na sua esfera, promovendo a sua gestão eficiente e a sua adequada rentabilização, de acordo com as políticas e opções definidas pelo Estado, seu acionista único, e de acordo com os **valores** do rigor, da segurança e da transparência inerentes à situação da Sociedade, enquanto empresa de capitais públicos, e em estrita observância do regime jurídico do sector empresarial do Estado.

A PARPÚBLICA tem como **missão** a maximização do encaixe financeiro para o Estado com a venda de ativos, a preservação, incremento e manutenção dos rácios financeiros em termos adequados à natureza e liquidez dos ativos em carteira, de modo a garantir a sua sustentabilidade, e a criação de valor por parte das várias empresas que fazem parte do universo PARPÚBLICA.

Neste âmbito, as participações integrais e maioritárias da PARPÚBLICA, e que integram o seu perímetro de consolidação, estão organizadas em diferentes áreas de negócio, que se procurarão detalhar de seguida.

PERFIL DO GRUPO

A PARPÚBLICA, enquanto empresa mãe do Grupo PARPÚBLICA, detém as seguintes participações maioritárias por segmentos de negócio:



Os ativos e passivos geridos pela PARPÚBLICA, pelas empresas do setor imobiliário e pelas que integram o Grupo Águas de Portugal (Grupo AdP), representam a quase totalidade dos valores destes agregados consolidados.

Para além dos segmentos de negócio descritos anteriormente, e já fora do seu perímetro de consolidação, o Grupo PARPÚBLICA detém participações financeiras nas seguintes empresas:

TAP, SGPS, SA (50%)	CVP – Soc. Gestão Hospitalar (45%)	Propnery Prop. e Equip. (41,82%)	ISOTAL – Imob. Sot. Algarvio (31,06%)
INAPA, SA (8,26%)	GALP Energia, SA (7,48%)	EFACEC – Int. Financing (5%)	IHRU, IP (4,77%)
LISNAVE – Estal. Navais, SA (2,97%)	LISNAVE – Infraestrut. Navais (2,08%)	PHAROL, SGPS, SA (0,09%)	NOS, SGPS, SA (0,02%)

PARPÚBLICA

A PARPÚBLICA é uma Sociedade Gestora de Participações Sociais de capitais exclusivamente públicos, criada pelo Decreto-Lei n.º 209/2000, de 2 de setembro, constituindo um instrumento empresarial do Estado para atuação nos seguintes domínios:

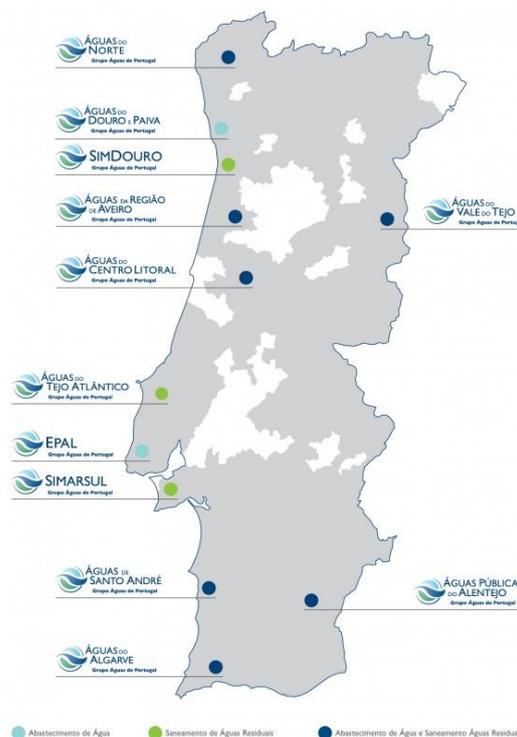
- Gestão de participações em empresas em processo de privatização ou privatizáveis a prazo;
- Desenvolvimento dos processos de privatização, no quadro determinado pelo Governo;
- Gestão de património imobiliário público excedentário, através de empresas subsidiárias de objeto especializado;
- Apoio à reestruturação ou liquidação de empresas detidas pelo Estado;
- Apoio ao exercício pelo Ministro das Finanças da tutela financeira sobre empresas do Estado e empresas concessionárias de serviços de interesse económico geral, bem como à gestão de ativos financeiros do Estado.

GESTÃO DO CICLO URBANO DA ÁGUA

A AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A. (AdP) é uma sociedade gestora de participações sociais que, através das suas participadas distribuídas pelo território nacional, tem por missão conceber, construir, explorar e gerir sistemas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, num quadro de sustentabilidade económica, financeira, técnica, social e ambiental.

O Grupo AdP constitui-se, assim, como instrumento empresarial para a concretização de políticas públicas e de objetivos nacionais nos domínios do setor do ambiente, visando promover a universalidade, a continuidade e a qualidade do serviço, a sustentabilidade do setor e a proteção dos valores ambientais.

A sua principal atividade é a gestão integrada do ciclo urbano da água, compreendendo todas as suas fases, desde a captação, o tratamento e a distribuição de água para consumo público, à recolha, transporte, tratamento e rejeição de águas residuais urbanas e industriais, incluindo a sua reciclagem e reutilização.



PRODUÇÃO DE MOEDAS E PUBLICAÇÕES

A Imprensa Nacional – Casa da Moeda, S.A. (INCM) tem a seu cargo a produção de bens e serviços fundamentais ao funcionamento do Estado Português, como a cunhagem de moeda metálica, a produção de documentos de segurança, o ensaio e marcação de peças de metais preciosos, a edição de obras fundamentais da cultura portuguesa e universal e de publicações oficiais, com destaque para o Diário da República.



MERCADOS ABASTECEDORES

A SIMAB – Sociedade Instaladora de Mercados Abastecedores, S.A. (SIMAB) tem como objeto a promoção, construção, instalação, exploração e gestão, direta ou indiretamente, de mercados destinados ao comércio por grosso de produtos alimentares e não alimentares e desenvolvimento de atividades complementares.

Neste âmbito, atua diretamente ao nível da cadeia de distribuição agroalimentar, quer em mercados abastecedores, quer em mercados municipais.

Detém participações maioritárias nos seguintes mercados abastecedores, sendo que a restante participação é detida, principalmente, pelas respetivas Autarquias:



EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA, PECUÁRIA E FLORESTAL

Esta atividade é desenvolvida através da empresa Companhia das Lezírias, S.A. (CL), que desenvolve a sua atividade essencialmente no setor primário, promovendo diversas culturas agrícolas (com destaque para o arroz, o milho, o azeite e o vinho), assegurando a exploração florestal (exploração de cortiça) e ainda a criação de animais (equinos e bovinos).



Nos últimos anos a empresa intensificou o desenvolvimento de outras atividades relacionadas com a exploração dos seus ativos, como a concessão de áreas de terrenos para exploração privada, a atividade cinegética e o turismo rural.

GESTÃO E PROMOÇÃO IMOBILIÁRIA



Os negócios imobiliários do Grupo PARPÚBLICA são desenvolvidos através das sociedades Estamo, S.A. (ESTAMO), Lazer & Floresta – Empresa de Desenvolvimento Agroflorestal, Imobiliário, Turístico e Cinegético, S.A. (LAZER & FLORESTA), CONSEST – Promoção Imobiliária, S.A. (CONSEST), Baía do Tejo, S.A. (BdT) e a Fundiestamo, Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A. (FUNDIESTAMO), todas integralmente detidas pela PARPÚBLICA, e ainda pela Margueira – Sociedade de Gestão de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A. (MARGUEIRA), na qual detém uma participação de 51%.

De referir adicionalmente que a MARGUEIRA tem como missão a gestão do património incorporado no Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Margueira Capital, constituído pelo território onde se encontrava instalado o estaleiro da Margueira. Estando o Fundo em vias de dissolução, a sociedade gestora deverá igualmente vir a ser extinta após concluído o

processo de liquidação do Fundo. A alteração da titularidade da propriedade do território insere-se na preparação do desenvolvimento de um projeto de urbanização que, pelas suas características e dimensão, se antecipa poder vir a ser um projeto estruturante para o desenvolvimento, não apenas do município de Almada, mas de toda a região que constitui o arco ribeirinho sul e que tem vindo a ser internacionalmente promovida sob a marca *Lisbon South Bay*.

ESTAMO	LAZER & FLORESTA	FUNDIESTAMO	CONSEST	BAÍA DO TEJO
Sociedade imobiliária que tem por missão efetuar a gestão de ativos imobiliários não estratégicos adquiridos ao Estado ou a outras entidades públicas, arrendando-os ou alienando-os em condições concorrenciais de mercado, em regra na sequência de processos de reconversão e de potenciação do respetivo valor.	Tem como atividade a gestão de ativos rústicos, na sua maioria florestais, explorando-os diretamente e arrendando-os até à sua alienação em condições concorrenciais de mercado.	Tem por objeto social a gestão, em representação dos participantes, de fundos de investimento imobiliário abertos, fechados ou mistos, estando para tal autorizada pelo Banco de Portugal e registada na CMVM. A sociedade tem sob gestão três fundos de investimento: o Fundo Estamo, o Fundo Fundiestamo I e o Fundo Imopoupança.	Sociedade instrumental cujo objeto tem sido em exclusivo a promoção do desenvolvimento urbanístico de um terreno com 59 hectares na Falagueira (Amadora).	Tem como missão promover a requalificação ambiental e urbanística de territórios localizados nos concelhos do Barreiro, do Seixal, de Almada e de Estarreja, bem como a gestão de Parques Empresariais existentes nos vários territórios. Irá no futuro incorporar ativos antes detidos pelo Fundo Margueira Capital (processo em curso).

Detalha-se no quadro seguinte o Ativo Total Líquido das Sociedades Imobiliárias e o valor dos ativos sob gestão no caso da sociedade gestora de Fundos Imobiliários:

ESTAMO	LAZER & FLORESTA	FUNDIESTAMO	CONSEST	BAÍA DO TEJO
Ativo Total Líquido 1.033M €	Ativo Total Líquido 80,4M €	Ativos sob Gestão: Estamo: 26,9M € Fundiestamo I: 148,3M € Imopoupança: 31,4M €	Ativo Total Líquido 32,6M €	Ativo Total Líquido 267,9M €

OUTROS SEGMENTOS DE NEGÓCIO

CIRCUITO ESTORIL

A atividade do CE – Circuito Estoril, S.A. (CE) centra-se na exploração económica e desportiva do Autódromo do Estoril mediante a realização de provas de competição nacionais e internacionais (automóveis e motociclos), sendo igualmente palco de apresentações internacionais de grande dimensão



de novos modelos e de realização de testes de competição e de pneus, para além de iniciativas de formação e de experiências de condução.

SAGESECUR

A Sage secur - Sociedade de Estudo, Desenvolvimento e Participação em Projetos, S.A. (SAGESECUR) é uma empresa instrumental para o desenvolvimento de alguns negócios específicos, determinados essencialmente por questões de interesse público, relativamente aos quais os seus acionistas considerem oportuna e adequada a sua intervenção.

3. Modelo de Governo

As empresas que integram o Grupo PARPÚBLICA adotam modelos de governo definidos em função da dimensão, complexidade e natureza dos negócios que gerem, sempre com o objetivo de garantir o cumprimento dos princípios de Bom Governo, definidos para as empresas dos Sector Empresarial do Estado com o objetivo de atingir a sustentabilidade das operações em todas as empresas do Grupo e a respetiva criação de valor para as mesmas e para todos os *stakeholders*.

Assim sendo, o governo do Grupo é efetuado através de uma base de competências e práticas de gestão profissionais, de qualidade e de cultura organizacional cujo o objetivo final

é a otimização de recursos em conjunto com práticas empresariais de referência em todos as vertentes, nomeadamente, a económica, a ambiental, a social e ética, para todos os intervenientes do Grupo.

O Grupo PARPÚBLICA, devido à diversidade dos setores de atividade em que atua, à variabilidade nas dimensões de cada uma das participadas e também de acordo com a legislação e regulamentação aplicável, assegurando sempre o disposto no artigo 30º, nº 1, do Decreto – Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, adota os seguintes modelos de Governo Societário:

MODELO DE GOVERNO SOCIETÁRIO	EMPRESAS DO GRUPO
<ul style="list-style-type: none"> • Assembleia Geral • Conselho de Administração • Comissão Executiva • Comissão de Auditoria • Revisor Oficial de Contas 	<ul style="list-style-type: none"> • PARPÚBLICA
<ul style="list-style-type: none"> • Assembleia Geral • Conselho de Administração • Conselho Fiscal • Revisor Oficial de Contas 	<ul style="list-style-type: none"> • INCM • FUNDIESTAMO • MARGUEIRA • ESTAMO
<ul style="list-style-type: none"> • Assembleia Geral • Conselho de Administração • Fiscal Único (sociedade ROC) 	<ul style="list-style-type: none"> • BAÍA DO TEJO • CIRCUITO DO ESTORIL • COMPANHIA DAS LEZÍRIAS • CONSEST • SAGESECUR • SIMAB • LAZER & FLORESTA

Órgãos Sociais da PARPÚBLICA, SGPS, S.A.

Nos termos dos Estatutos, o Conselho de Administração é composto por cinco a sete membros, eleitos por deliberação do Acionista, que designa os que exercem o cargo de Presidente e funções executivas e não executivas, e os que integram a Comissão de Auditoria. Os membros dos órgãos sociais exercem as suas funções por períodos de três anos civis, renováveis, com um limite máximo de três renovações sucessivas, contando-se como completo o ano civil da eleição.

Composição da Mesa da Assembleia Geral:

Presidente – Dra. Elsa Maria Roncon Santos (renunciou ao cargo em 2017, não tendo até ao presente sido substituída, pelo que o cargo se encontra vago)

Vice-Presidente – Eng. Bernardo Xavier Alabaça (mandato 2017-2019)

Secretariado – Dra. Maria Luísa Rilho (mandato 2017-2019)

Composição do Conselho de Administração:

Presidente – Prof. Dr. Miguel Jorge Campos Cruz (mandato 2017-2019)

Vice-Presidente – Dr. Carlos Manuel Durães da Conceição (mandato 2017-2019)

Vogal executiva – Dra. Maria Amália Freire de Almeida (mandato 2017-2019)

Vogal executivo – Dr. Mário Manuel Pinto Lobo (mandato 2017-2019)

ROC:

Efetivo - Grant Thornton & Associados, SROC

Suplente – Dr. Pedro Lisboa Nunes

3.1 Estrutura Orgânica da Holding

A Holding do Grupo PARPÚBLICA desenvolve atualmente as suas atividades através da seguinte estrutura orgânica:



Área de Assessoria Corporativa – Apoia a coordenação corporativa, o funcionamento da Assembleia Geral, do Conselho de Administração e da Comissão Executiva nas agendas e atas, com recurso à área jurídica e acompanha os processos de operações de (re)privatização, em articulação com a Direção Financeira. Também coordena a interação administrativa e institucional com a tutela governamental e *stakeholders*, bem como acompanha a comunicação institucional, empresarial e *corporate*, em articulação com a área de Comunicação.

Área de Tecnologias de Informação – Coordena e gere as políticas, recursos e sistemas relativos a tecnologias de informação, e assegura a gestão da infraestrutura informática.

Direção Jurídica – Presta assistência jurídica através da emissão de pareceres sobre questões de direito e realização ou colaboração em estudos e projetos que envolvam questões de natureza jurídica que se mostrem necessários à sua missão.

Área de Acompanhamento de Participadas – Monitoriza o cumprimento das orientações estratégicas das empresas participadas que constituem o Grupo PARPÚBLICA através do acompanhamento do desempenho económico, financeiro e de sustentabilidade, utilizando para esse fim indicadores económicos, financeiros, de sustentabilidade e corporativos dessas empresas, sendo os mesmos atualizados com periodicidade trimestral. Efetua também o apoio e acompanhamento das operações de alienação, aquisição, fusão e liquidação de empresas participadas e emite pareceres e informações no âmbito das suas atribuições.

Área de Sistemas de Reporte e Informação Financeira – Assegura o cumprimento das obrigações perante o Tribunal de Contas, Inspeção Geral de Finanças, Direção Geral do Tesouro e Finanças, Banco de Portugal, Agência de Gestão de Tesouraria e da Dívida Pública, Instituto Nacional de Estatística e Comissão do Mercado de Valores Imobiliários e demais entidades. Assegura também a constante atualização da legislação relevante e mantém a plataforma SIRIEF atualizada e verifica a introdução de dados que as participadas efetuam nesta plataforma.

Direção Financeira (Contabilidade Orçamental) – Assegura a preparação do orçamento anual na perspetiva da contabilidade pública e cumprimento e controlo do ciclo da despesa no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso e garante que todas as despesas previstas no orçamento estão efetivamente cobertas por receitas. Efetua também o reporte das contas de execução orçamental da despesa e receita e procede à revisão mensal da execução, identificação de desvios e respetiva justificação. Efetua ainda o reporte de toda a informação necessária à Direção Geral do Orçamento e demais entidades de acompanhamento e controlo da execução do OE.

Direção Financeira (Contabilidade Patrimonial) – Controla e elabora as contas individuais e consolidadas e as demais demonstrações e mapas financeiros com origem contabilística. Efetua também o Orçamento anual e o Relatório e Contas, assim como os relatórios trimestrais de controlo orçamental. Está ainda incumbida de analisar as principais políticas contabilísticas adotadas pelas empresas controladas pelo Grupo, bem como, acompanha as alterações nas Normas Internacionais de Contabilidade (IAS-IFRS) e alterações fiscais e analisa o seu impacto na *Holding* e nas suas participadas. Controla ainda o processo de digitalização e classificação no sistema de gestão documental (Gestdoc) dos documentos relativos a movimentos contabilísticos.

Direção Financeira (Finanças) – Participa na vertente financeira das operações de (re)privatização de acordo com as instruções com o acionista Estado. Gere a tesouraria da

PARPÚBLICA, sendo responsável pela preparação e processamento dos pagamentos e controlo dos recebimentos. Efetua o processamento e controlo dos suprimentos concedidos às subsidiárias, bem como os fluxos subsequentes (juros e reembolsos). Assegura também a gestão dos contratos de financiamento, incluindo os pagamentos no âmbito do serviço da dívida.

Área de Auditoria Interna – Assegura a elaboração e atualização do Regulamento e Manual de Auditoria Interna, a execução e monitorização dos planos anuais de Auditoria Interna. Realiza auditorias de natureza interna no âmbito do Grupo, com uma orientação clara para o desenvolvimento pedagógico de recomendações e apoio à implementação das soluções mais adequadas, bem como, pela elaboração dos relatórios de auditoria e pela monitorização da implementação das recomendações resultantes das auditorias internas.

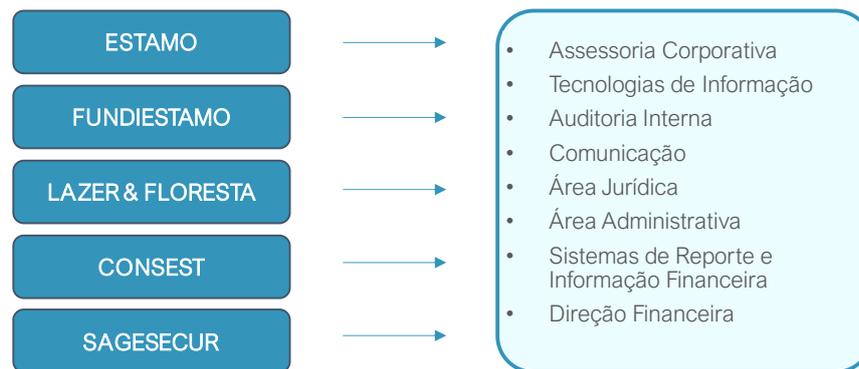
Área de Comunicação – Presta assessoria em matéria de comunicação e relações com os órgãos de comunicação social, sendo também responsável pela manutenção e atualização dos conteúdos presentes no sítio de *internet* da PARPÚBLICA, em articulação com todas as restantes áreas do Grupo.

Área Administrativa (Aprovisionamentos) – Efetua e acompanha os processos de compra, não relacionados com os assuntos de competência específica da Direção Financeira e da Direção Jurídica, no estrito cumprimento da regulamentação aplicável.

Área Administrativa (Recursos Humanos) – Efetua o acompanhamento administrativo dos recursos humanos (salários, descontos fiscais e sociais, seguros, controlo de custos, assiduidade, férias, organização e atualização de processos individuais, pagamento de impostos e outras obrigações com recursos humanos) e assegura o cumprimento das obrigações da empresa em matéria de Higiene e Segurança no Trabalho.

Área Administrativa (Secretariado) – Assegura o secretariado da Administração, as comunicações com o exterior (entradas e saídas de documentação) e a gestão do sistema de gestão documental e respetivo arquivo, bem como a gestão do economato.

A PARPÚBLICA em algumas das áreas orgânicas assegura uma partilha de recursos com as seguintes participadas, gerando níveis relevantes de eficiência na gestão dos recursos destas empresas e, portanto, do Grupo:



3.2 Instrumentos de Bom Governo

O Grupo PARPÚBLICA, como entidade que agrega diversas empresas do Setor Empresarial do Estado, e que tem como base comum a eficiência e crescimento económico a longo prazo, apresenta sempre um elevado padrão de conduta ética em todo o seu relacionamento e atividade comercial, institucional e social, bem como, conduz sempre uma atitude de diálogo, transparência e ética com os seus *stakeholders*.

O Grupo é cumpridor das Boas Práticas de Governo Societário, designadamente as que se encontram definidas na secção II do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que estabelece o Regime Jurídico do Sector Empresarial do Estado, e demais legislação aplicável.

O Grupo apresenta códigos de ética e conduta, planos de igualdade de género, manuais de políticas de gestão de riscos de fraude e planos de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas, sendo que, adicionalmente no caso do Grupo AdP, é ainda apresentada uma Comissão de Ética que acompanha a divulgação e cumprimento do código de conduta e ética em todas empresas desse Grupo.

3.2.1 Código de Conduta e Ética

De forma geral os documentos que sistematizam os princípios de conduta e ética em aplicação no universo PARPÚBLICA identificam o conjunto de valores éticos e normas de conduta profissional que regem todos os colaboradores e a sua interação com todos os *stakeholders* (Clientes, Fornecedores e demais parceiros, bem como entre os próprios colaboradores).

Os princípios e valores fundamentais que norteiam as interações do Grupo PARPÚBLICA com todos os intervenientes são, essencialmente, o respeito pelos Direitos Humanos e Laborais, a proibição de decisão em situação de conflito de interesses, a legalidade dos atos, a transparência e integridade, a confidencialidade e segurança de informação, as transações

particulares com empresas do Grupo e a proibição de práticas suscetíveis de originar fraude, corrupção e suborno.

Com base nos princípios e valores fundamentais referidos existe um compromisso do Grupo no desenvolvimento do capital humano, da sustentabilidade e do ambiente, do uso e proteção do património da empresa e da criação de valor para o acionista Estado, sempre regrado pela transparência, excelência e brio do desempenho profissional, económico, responsabilidade social e boas práticas de atuação, o respeito mútuo, bem como da colaboração com entidades externas de regulação, supervisão e fiscalização e fornecedores, prestadores de serviços e clientes, seguindo sempre os normativos definidos no Setor Empresarial do Estado.

No âmbito do combate à fraude e, sendo esta definida pela prática, por ação ou omissão, de um ato, em regra ilícito, por parte de um sujeito com intuito de obter para si ou para terceiro um benefício ilegítimo, caracterizado por dolo e que pode ocorrer interna ou externamente ao Grupo, é deveras importante, no decorrer das atividades desenvolvidas por todos os intervenientes, a análise dos riscos de fraude e de conflito de interesses sendo necessário a identificação e mensuração dos mesmos e a implementação de estratégias e controlos efetivos que possam mitigar esses riscos.

3.2.2 Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas

A existência do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, onde constam as matrizes de riscos e controlos dos processos relevantes operacionais e de suporte, veio permitir uma avaliação do risco atualizada, cabendo à área de Auditoria Interna coordenar uma revisão periódica dos procedimentos em utilização e realizar testes de eficácia aos controlos em cada uma das áreas verificando se os mesmos funcionam de forma adequada e consistente ao longo do tempo, por forma a contribuir para o permanente alinhamento dos procedimentos com as boas práticas.

O referido plano de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas em vigor na PARPÚBLICA identifica as principais áreas onde podem surgir possíveis atos de corrupção e os riscos inerentes a esses atos e também os controlos que mitigam a possibilidade da sua ocorrência.

Os processos identificados como significativos pela gestão da PARPÚBLICA e onde foram identificados riscos de fraude, corrupção e infrações conexas são:

- Aquisição e venda de participações
- Gestão financeira
- Aquisição de bens e serviços
- Contabilidade e controlo orçamental
- Segurança física e informática
- Gestão documental
- Recursos humanos

Relativamente aos processos acima procedeu-se à identificação dos riscos dentro de cada um destes e à sua classificação numa escala de risco baixo, médio ou alto, sendo ainda consideradas duas variáveis na matriz de risco (probabilidade de ocorrência e impacto). De referir ainda que, no caso da PARPÚBLICA, foi decidido aplicar uma metodologia de classificação mais conservadora, em que define um “perfil de risco elevado” mais abrangente, dado o nível reduzido de aceitação de risco por parte do Conselho de Administração, tendo em atenção o interesse Público.

Do ponto de vista operacional, o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas é acompanhado, monitorizado e avaliado nas áreas orgânicas nas quais os riscos incidem, com o apoio da área de Auditoria Interna. A supervisão do plano é conjuntamente assumida pelo Presidente do Conselho de Administração e pela Comissão de Auditoria.

O Plano será ainda objeto de revisão no decurso do presente ano de 2018, incorporando-se as medidas de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo que se revelarem adequadas, decorrentes do normativo publicado em 2017, assim como as medidas previstas no Regulamento Geral de Proteção de Dados que entra em vigor no próximo mês de maio.

3.2.3 Gestão do Risco

As diversas atividades operacionais das empresas do universo PARPÚBLICA encontram-se sujeitas a eventos que as podem afetar adversamente, pelo que é essencial estabelecer estratégias de antecipação de potenciais ameaças e/ou possibilidades de melhoria dos sistemas implementados que possam ajudar as empresas a desenvolver a sua atividade e atingir os seus objetivos. Em geral, no Grupo PARPÚBLICA, estão definidos fundamentos que

servem de base para implementar, rever, atualizar e melhorar de forma contínua o processo de gestão de risco em todas as suas vertentes operacionais e organizacionais.

O Grupo PARPÚBLICA considera essencial a afetação de recursos à deteção e monitorização dos riscos característicos de cada tipo de atividades que as suas participadas desenvolvem, sendo assegurada pelos intervenientes e responsáveis de cada operação em concreto ou processo e também pelo departamento de Auditoria Interna. Os diversos tipos de riscos são também acompanhados e processados de forma periódica por cada uma das empresas do Grupo, bem como pelo Conselho de Administração da PARPÚBLICA.

Assim sendo, os principais riscos identificados nos processos e atividades estratégicas e operacionais do Grupo PARPÚBLICA são os seguintes:



Reputação e imagem – Os atos de suborno, influência ilegal ou as ações por parte de trabalhadores ou de terceiros são os principais fatores de risco relacionados, podendo os vários *stakeholders* não perceberem os valores e princípios instituídos no Grupo através do Código de Ética e restante regulamentação no mesmo âmbito.

Político e económico – As decisões tomadas pelo Acionista Estado, o relacionamento com outros *stakeholders* públicos, ou as condições económicas ao nível mundial, europeu e nacional podem influenciar ou condicionar a atividade do Grupo nas suas diversas atividades.

Cumprimento dos regulamentos – As alterações na regulamentação nacional, comunitária e internacional pode exponenciar o risco de incumprimento ou não conformidade com as políticas ou regulamentação em vigor.

Segurança da informação – O desenvolvimento e adoção de novas tecnologias de informação, instrumentos de apoio à gestão e de medidas de reforço da segurança informática e proteção de dados de todos os *stakeholders*, pode mitigar o risco inerente a este cada vez mais importante aspeto das atividades do Grupo.

Responsabilidade ambiental – As alterações ambientais das organizações e mudanças climáticas cada vez mais aceleradas e o seu impacto no dia-a-dia das operações das empresas do Grupo e em todos os intervenientes constituem um risco sempre presente e para o qual é necessário um acompanhamento contínuo e aprofundado.

Responsabilidade Social – As variações (negativas ou positivas) na qualidade de vida e bem-estar interno dos colaboradores do Grupo, bem como, na comunidade e no meio envolvente das organizações são fatores de risco relevantes, pelo que devem ser adotadas medidas de análise e acompanhamento das alterações comportamentais e de gestão envolvendo uma cada vez maior transparência, ética e valores na relação com todos os *stakeholders*.

Satisfação dos stakeholders – A não satisfação das expectativas dos *stakeholders* nas suas interações com o Grupo é um risco que deve ser antecipado e mitigado, por forma a manter o objetivo de criação de valor e gestão eficaz dos ativos do Grupo.

Financeiro e continuidade do negócio – A exposição do Grupo aos mercados financeiros é um fator constante da atividade do mesmo e contempla, de forma geral, os riscos de crédito, de câmbio, de liquidez, de mercado e de fluxos de caixa associados à taxa de juro. O Grupo desenvolveu e implementou mecanismos que, conjuntamente com a monitorização constante dos mercados financeiros, permitem minimizar os efeitos adversos destes riscos. De referir ainda que a capacidade do Grupo manter a sua atividade e operações críticas numa ótica de continuidade é em si só um risco relevante que deve também ser constantemente monitorizado.

Eficácia e eficiência dos processos – A ineficácia e/ou ineficiência dos processos operacionais e administrativos do Grupo pode constituir um risco que origine uma menor qualidade na interação com os *stakeholders* e nos próprios produtos e serviços prestados, podendo ainda levar a um dispêndio mais elevado de recursos humanos e financeiros no âmbito da atividade do Grupo.

Concorrência e condições de mercado – A existência de entidades concorrentes que demonstrem vantagens competitivas em relação aos bens e serviços prestados pelo Grupo, e as próprias condições a dado momento no mercado, podem constituir riscos operacionais elevados e que podem pôr em causa a realização da atividade normal das empresas que constituem o Grupo.

Qualidade do serviço ou produto – A variação da qualidade dos serviços e produtos do Grupo pode afetar diretamente a perceção dos *stakeholders* e o seu posicionamento e relação futura com os mesmos.

Insuficiência dos recursos humanos – A aceleração na rotação do mercado laboral e a mudança de paradigma na forma como as pessoas planeiam o seu futuro laboral traduz-se na possibilidade de uma insuficiência de recursos humanos que pode, eventualmente, pôr em risco a atividade operacional e processual das empresas do Grupo.

Insuficiência de competências – O facto dos recursos humanos encarregues da gestão, do processo de negócio e também da execução do mesmo, poderem não apresentar o conhecimento ou experiência para desenvolver os trabalhos necessários à atividade dos diversos setores do Grupo, ou de não terem a dimensão necessária para responder em todos os momentos, às solicitações, poderá constituir um risco de negócio que deve ser acompanhado e mitigado.

Âmbito das responsabilidades – A indefinição no âmbito das responsabilidades poderá traduzir-se na prática de atos para os quais o colaborador não está autorizado ou habilitado ou, pelo contrário, levar o colaborador a não assumir responsabilidades que seriam suas assim proporcionando a possibilidade de serem efetuados atos não autorizados, ilegais ou pouco éticos, ou assumir riscos de negócio não autorizados.

A avaliação dos riscos acima identificados deve ser efetuada e devem ser identificados os controlos que assegurem a mitigação desses riscos, sendo que estes controlos, sendo eficazes, podem consistir em processos, planos, documentos de política organizacional, práticas e ações que ajudem a diminuir o risco tornando-o residual. Se mesmo após este processo de avaliação e mitigação do risco o mesmo ainda é elevado, então deve ser criado um controlo adicional que permita tratar o risco em causa.

4. Envolvimento com os Stakeholders

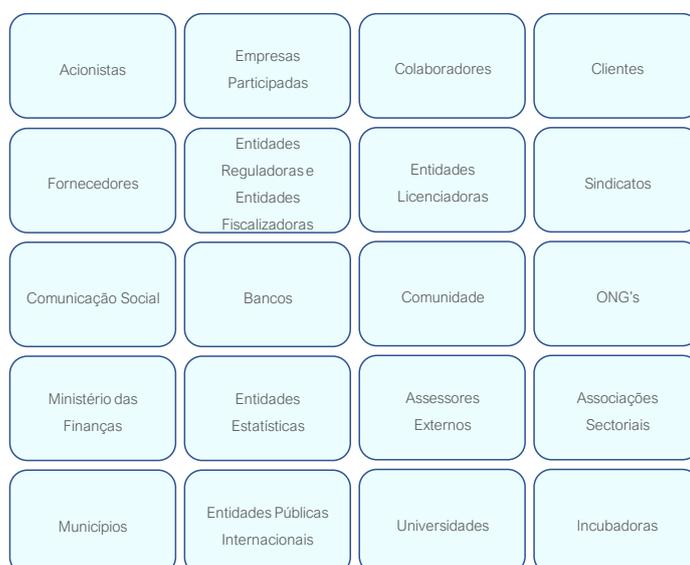
O Grupo PARPÚBLICA, nas diversas áreas de negócio onde atua, considera essencial o envolvimento com os vários grupos de *stakeholders* com os quais interage e, por maioria de razão quando, em áreas muito relevantes da sua atividade, são prestados Serviços Públicos ou de Interesse Geral.

O envolvimento com estes vários *stakeholders* permite receber contributos importantes para a prossecução da missão que está atribuída a cada uma das empresas do Grupo, pelo que, de uma forma geral, existe em todas uma preocupação em envolver e informar com rigor e transparência todos os que direta ou indiretamente se relacionam com elas e acompanham as suas respetivas atividades.

De igual forma é assumida a responsabilidade de identificar as expectativas destas partes interessadas e de assegurar a sua inclusão nos objetivos de gestão das próprias empresas.

Neste âmbito, pode destacar-se, a título de exemplo, INCM, que efetuou uma Estratégia de Envolvimento das Partes Interessadas (EEPI), a qual irá passar a orientar todas as atividades respeitantes ao seu desenvolvimento. Esta EEPI está alinhada com a AA1000 SES (*Stakeholder Engagement Standard*), norma que define os princípios para desenvolver, implementar, avaliar, comunicar e garantir a qualidade do envolvimento com as partes interessadas.

Assim, de acordo com a sua missão específica e respetiva atividade, e não fazendo uma alocação direta a cada uma, as empresas do universo PARPÚBLICA tomam contacto com uma vasta diversidade de *stakeholders*, a saber:



As empresas do Grupo PARPÚBLICA, na medida das suas atribuições, esforçam-se por promover uma política de proximidade com os seus respetivos *stakeholders*, de acordo com a sua classificação nas dimensões de: Influência, Responsabilidade e Dependência. Tal permite uma abordagem direcionada e obter resultados mais vantajosos para as partes.

A comunicação no universo do Grupo com estas partes interessadas, quer internamente quer externamente, desenvolve-se, assim, através de múltiplos canais, diretos e indiretos, como apresentados de seguida:



Ainda relativamente às formas de comunicação e partilha de informação e conhecimento, tendo-se verificado uma necessidade crescente de serviços externos de gestão e de

consultoria jurídica e financeira, e tomando partido do saber acumulado pelo Grupo PARPÚBLICA ao longo dos anos nestas áreas encontra-se em fase de operacionalização um Centro de Conhecimento e Competências destinado a interagir com o conjunto das empresas do Setor Empresarial do Estado, com os seguintes objetivos de atuação:

- Contribuição ativa na gestão e racionalização das aquisições de serviços de consultoria (em sentido amplo) nos domínios estratégico, económico-financeiro e jurídico por parte das empresas públicas, promovendo por esta via a racionalização e a otimização destas compras através de ganhos de economia de escala, designadamente através da criação de uma bolsa de prestadores qualificados; e
- Criação de uma plataforma em rede que permita a divulgação e a partilha dos conhecimentos adquiridos entre as empresas públicas estatais.

No que concerne ao relacionamento entre a PARPÚBLICA e as suas empresas participadas, é objetivo continuar o trabalho relativo ao seu aprofundamento e à melhoria dos canais de comunicação, de modo a que se obtenham cada vez melhores resultados nomeadamente nos seguintes domínios:

- Partilha de informação relevante;
- Partilha e adoção das melhores práticas nos vários domínios;
- Harmonização de procedimentos nas áreas que se considerem convenientes, nomeadamente, no que se refere aos mecanismos de auditoria interna;
- Racionalização de estruturas numa ótica de incremento da eficiência.

5. Estratégia de Sustentabilidade

Sem prejuízo das estratégias de sustentabilidade individuais e específicas de cada uma das empresas que compõem o Grupo PARPÚBLICA, e respeitantes às suas atividades próprias, de uma forma genérica, o Grupo tem desenvolvido caminho em diversas áreas tendo como pressupostos base a sua sustentabilidade económico-financeira, o respeito pelos valores ambientais e pela responsabilidade social para com todos os seus *stakeholders* e, em particular, para com os seus colaboradores.



Deste modo, de uma forma agregada, pode dizer-se que a estratégia de sustentabilidade adotada pelas empresas do Grupo PARPÚBLICA tem estado assente nos seguintes aspetos essenciais:

- Valorização dos negócios;
- Entrega de valor para a Sociedade;
- Valorização dos colaboradores;
- Respeito pelos aspetos ambientais.

As várias empresas do Grupo procuram identificar e atuar sobre os tópicos que identificam como materiais em cada uma das áreas anteriormente referidas, considerando:

- as suas atividades próprias;
- as orientações estratégicas dos acionistas e da gestão;
- o seu respetivo enquadramento legal;
- a preocupação sobre os impactos e expectativas que provocam nos vários com quem se relacionam; e em alguns casos;
- o enquadramento das normas GRI.

A estratégia de sustentabilidade de cada entidade do Grupo está plasmada em Relatórios de Sustentabilidade próprios, como é o caso do Grupo AdP e da INCM, e/ou nos respetivos Relatórios e Contas e Relatórios de Governo Societário.

De salientar que, neste contexto, quer o Grupo AdP quer a INCM têm organismos internos próprios dedicados ao desenvolvimento das questões da sustentabilidade.

Ainda de notar que a PARPÚBLICA recomendou às suas participadas com atividades com especiais impactos de carácter ambiental e social que passassem a reportar expressamente nos seus documentos de prestação de contas anuais informação relativa às questões da sustentabilidade já relativamente ao exercício de 2018.

5.1 Valorização dos Negócios

Em primeiro lugar o Grupo PARPÚBLICA, sendo um Grupo de natureza Pública, procura dar cumprimento às orientações e objetivos do seu acionista, previstos nas diversas estratégias setoriais.

Tais objetivos estratégicos são posteriormente plasmados nos planos anuais de atividade e orçamento das empresas, cuja elaboração e aprovação seguem procedimentos e orientações específicas, sendo a sua execução objeto de monitorização e controlo efetuados de forma regular.

A estratégia adotada pela PARPÚBLICA tem visado o triplo objetivo de maximizar o valor dos ativos, preservar a manutenção dos rácios financeiros em termos adequados à natureza e liquidez dos ativos e potenciar a capacidade de criação de valor das várias empresas que integram o Grupo.

Assim, o Grupo PARPÚBLICA procura que todas as suas participadas consigam garantir a sua sustentabilidade económica e financeira bem como trabalhar para a criação de valor para o acionista e para a sociedade, nomeadamente, e sempre que possível, através:

- Do desenvolvimento sustentado e crescimento da atividade, quer por expansão dos mercados de atuação, quer através do alargamento da base de produtos e serviços;
- De uma orientação cada vez mais aprofundada para o Cliente e para todas as partes interessadas;
- Da prestação de forma exemplar de Serviços Públicos e de Interesse Geral;
- Da melhoria e racionalização da estrutura operacional e/ou processos produtivos, para aumentar a eficiência e rentabilidade do negócio;

- Da manutenção da capacidade para solver os compromissos assumidos, de forma tempestiva;
- Do investimento para modernização e revitalização dos ativos, de forma a torna-los mais eficientes e rentáveis;
- Da continuação da redução do endividamento e/ou melhoria das condições que lhe estão associadas;
- Da valorização das carteiras de Ativos Imobiliários sob gestão e do património fundiário;
- Do desenvolvimento de políticas de investigação e desenvolvimento (internamente e/ou com parceiros);
- Da mitigação dos riscos associados às diversas tipologias de atividade do Grupo.

Deve destacar-se que a prossecução destes objetivos respeita políticas exigentes de credibilidade, transparência e rigor dos modelos de gestão do Grupo e de cada empresa individualmente, bem como todas as políticas e normativo incluído no Regime Jurídico do Setor Empresarial do Estado e restante regulamentação.

Por último, refira-se que as metas fixadas para a PARPÚBLICA têm vindo a ser globalmente alcançadas, estando, no entanto, o seu calendário de execução por vezes dependente de decisões governamentais que podem visar objetivos de interesse público que ultrapassam a perspetiva puramente financeira. Tendo em conta as suas características, a PARPÚBLICA prossegue a sua atividade em prol dos interesses financeiros do Estado, tendo vindo a alienar as suas participações de acordo com as orientações e determinações do Governo em termos de calendário, modelo das operações e fixação de condições.

Dadas as especificidades da sua atividade, na sequência da entrada em vigor da norma europeia SEC 2010, a PARPÚBLICA passou a integrar, desde 1 de janeiro de 2015, o perímetro das contas públicas. Esta circunstância implicou um processo de adaptação da empresa, em termos humanos e técnicos, por forma a cumprir os novos procedimentos compatíveis com as regras e sistemas da contabilidade pública, que a empresa passou a ter de assegurar, em paralelo com os que são inerentes à vida de qualquer Sociedade, e que se mantêm em utilização.

A PARPÚBLICA e as suas participadas, na prossecução do seu objetivo de sustentabilidade económico financeira, apresentaram em 2017 os seguintes indicadores:

GRUPO PARPÚBLICA	Volume de Negócios 932,9M €	EBITDA 632M €	Autonomia Financeira 40%	Dívida Líquida 4.854M €
PARPÚBLICA	Volume de Negócios 0,5M €	EBITDA 296M €	Autonomia Financeira 56%	Dívida Líquida 2.759,5M €
GRUPO AdP	Volume de Negócios 712M €	EBITDA 380M €	Autonomia Financeira 25%	Dívida Líquida 1.961M €
INCM	Volume de Negócios 96M €	EBITDA 23M €	Autonomia Financeira 66%	Dívida Líquida 0 €
GRUPO SIMAB	Volume de Negócios 16,4M €	EBITDA 11,7M €	Autonomia Financeira 46%	Dívida Líquida 54,8M €
COMPANHIA DAS LEZÍRIAS	Volume de Negócios 6,8M €	EBITDA 5,2M €	Autonomia Financeira 90%	Dívida Líquida - 6.6M €
FUNDIESTAMO	Volume de Negócios 1,7M €	EBITDA 0,5M €	Autonomia Financeira 82%	Dívida Líquida 0€
ESTAMO	Volume de Negócios 72,3M €	EBITDA 52,4M€	Autonomia Financeira 79%	Dívida Líquida 184,9M €
LAZER & FLORESTA	Volume de Negócios 1,7M €	EBITDA 0,25M €	Autonomia Financeira 99%	Dívida Líquida 0€
BAÍA DO TEJO	Volume de Negócios 8,3M €	EBITDA 1,8M €	Autonomia Financeira 87%	Dívida Líquida 0,7M €
CONSEST	Volume de Negócios 0€	EBITDA - 2,8M €	Autonomia Financeira 73%	Dívida Líquida 5,3M €

SAGESECUR	Volume de Negócios 7,6M €	EBITDA 8,2M €	Autonomia Financeira 33%	Dívida Líquida 53,7M €
CIRCUITO DO ESTORIL	Volume de Negócios 1,9M €	EBITDA 0,6M €	Autonomia Financeira 86%	Dívida Líquida - 2,2M €

5.2 Valor para a Sociedade

O Grupo PARPÚBLICA desenvolve diversas áreas de atividade com impactos significativos na comunidade, procurando, na medida do possível, ter um papel ativo no envolvimento da mesma. Para além de que, muitas destas empresas se encontram integradas na sociedade onde operam, mantendo uma relação de grande proximidade e de parceria com as comunidades locais.

A consciência de que a criação de valor para todos os *stakeholders* é garantia de subsistência e sustentabilidade no médio e longo prazo apresenta-se enraizada no Grupo.

5.2.1 Domínios de Atuação

A PARPÚBLICA procura partilhar ativamente com a comunidade envolvente os princípios de sustentabilidade em que assentam as políticas das várias empresas, e que sustentam as suas estratégias, seja através da qualidade e eficiência dos serviços prestados, seja através de outras iniciativas de carácter social, ao nível da sensibilização, formação, ou mesmo projetos de intervenção cultural, voluntariado e inclusão.

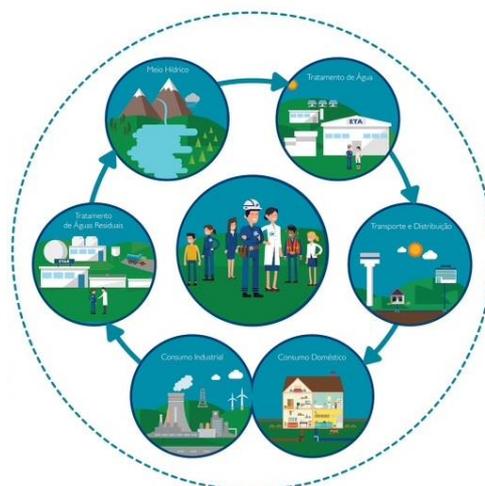
Para além das ações promovidas internamente pelas empresas do Grupo neste âmbito, há igualmente outras que são levadas a cabo através de parcerias com municípios, associações ou outras entidades, algumas das quais com forte impacto a nível nacional, como são exemplo as campanhas ligadas ao consumo de água, ou as iniciativas para promoção da produção nacional.

Ao nível cultural, há a destacar a intervenção através da gestão e manutenção de espaços especificamente dedicados a esse efeito, como sejam Museus, Arquivos e Bibliotecas, sendo exemplo disso atividades desenvolvidas pela INCM ou pela Baía do Tejo.

Na vertente dos serviços prestados, que em alguns casos constituem serviços públicos essenciais de interesse geral e gestão de recursos naturais, há uma preocupação constante com a necessidade de obtenção de níveis de excelência, mas também com a procura, junto da cadeia de fornecimento, de fornecedores que considerem compromissos assumidos no Pacto Global das Nações Unidas.

Devem destacar-se as seguintes atividades de Serviços Públicos e de Interesse Geral prestados pelo universo do Grupo PARPÚBLICA:

- **Grupo AdP:** constitui um instrumento empresarial do Estado para a concretização das políticas públicas e dos objetivos nacionais no domínio do ambiente e efetua a gestão integrada do ciclo urbano da água através da prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, indispensáveis ao bem-estar das populações, ao desenvolvimento das atividades económicas e à proteção do meio ambiente;



- **INCM:** possui um vasto e diversificado conjunto de atividades destacando-se as respeitantes às Contrastarias, as referentes à edição e publicação do Diário da República (serviço público de acesso universal e gratuito ao jornal oficial), as relacionadas com a produção de moeda, no quadro da sua política editorial, o reforçar da difusão de obras em língua portuguesa e representativas da cultura portuguesa e as que se relacionam com produtos exclusivos na área gráfica de segurança (exemplos: Cartão de Cidadão, Passaporte Eletrónico, Carta de Condução, entre outros);



- **SIMAB:** assume a missão pública que visa a melhoria dos circuitos de comercialização e distribuição nacionais de produtos agroalimentares, e também possibilitar às gerações vindouras uma mais-valia no seu universo de consumo, por via de uma oferta que se caracterizará, indubitavelmente, por um acréscimo da qualidade e diversidade

alimentar. Atuam diretamente ao nível da cadeia de distribuição agroalimentar, em mercados abastecedores e mercados municipais;

- **CL (Coudelaria de Alter):** com a extinção da Fundação Alter Real (FAR), atendendo à natureza das atividades desenvolvidas pela CL, o Estado considerou que parte das competências que havia delegado na FAR eram transferidas para a CL, designadamente as relativas à preservação do património genético animal da raça Lusitana, permitindo concentrar apenas numa entidade a gestão de todas as coudelarias detidas pelo Estado, sem prejuízo da gestão empresarial da CL. Consequentemente foram delegados pelo Estado na CL os seguintes fins e atribuições, compatíveis com a atividade estatutariamente já desenvolvida:
 - A preservação do património genético animal da raça Lusitana, nas linhas genéticas de Alter-Real e da Coudelaria Nacional, a par da preservação da linha genética da Coudelaria Companhia das Lezírias, S.A., sem prejuízo das atribuições de preservação genético próprias da DGAV;
 - A manutenção, exploração e preservação do património mobiliário e imobiliário existente, designadamente das Coudelarias Nacional e de Alter;
 - O fomento e o melhoramento dos equinos de raça Lusitana, nas linhas genéticas de Alter-Real e da Coudelaria Nacional e a divulgação cavalari destas raças e linhas genéticas;
 - A formação profissional na área da equitação como ferramenta essencial à divulgação da produção e utilização do cavalo e, no que se refere aos equinos de raça Lusitana de linha de Alter, em articulação com a Escola Portuguesa de Arte Equestre;
 - O desenvolvimento de um polo estruturante da economia regional;
 - A representação do país pela colocação da Coudelaria de Alter ao serviço do protocolo do Estado.



5.2.2 Ações Concretas

São inúmeros os exemplos do envolvimento das empresas do Grupo PARPÚBLICA com a comunidade em que estão inseridas e com os seus respetivos *stakeholders*. Procura-se seguidamente elencar alguns desses exemplos de intervenção mais emblemáticos:

PARPÚBLICA

- Desenvolvimento de iniciativas junto dos colaboradores no sentido de promover as relações interpessoais e a partilha de informação e conhecimento, fomentar a cultura e visão da organização e discutir os seus principais desafios de futuro;
- Procura preservar a sua relação com a sociedade civil através da manutenção de uma adequada política de comunicação assente em princípios de rigor, transparência e oportunidade e utilizando os canais previstos nas normas aplicáveis ou que se revelem mais adequados em cada caso (profissional especializado em assessoria de imprensa, para além de ter designado um representante para as relações com o mercado e com a CMVM);
- Em 2017 procedeu à reformulação do seu site, tendo com objetivo ampliar a informação disponibilizada e facilitar a sua utilização pelo público interessado;
- Aprofundamento do seu relacionamento com a CVP na definição de um modelo integrado de gestão hospitalar, incluindo referenciais e protocolos com vincado interesse público, enquanto acionistas de referência do Hospital da Cruz Vermelha Portuguesa;
- Desenvolvimento de iniciativas de natureza transversal que facilitem a gestão de recursos escassos e aumentem a eficiência na gestão dos recursos, seja no âmbito dos serviços partilhados, seja no âmbito, ainda em 2017, da implementação do Centro de Conhecimento e Competências;
- A orientação para uma maior clareza, transparência e melhor definição de métricas de avaliação de impacto na atividade das empresas participadas em matéria de sustentabilidade;
- Dinamização junto de algumas empresas, da participação na iniciativa “Portugal sou eu”.

Grupo AdP

- Implementação de ações de sensibilização, educação ambiental e promoção de visitas às suas instalações, promovendo a utilização eficiente e a proteção dos recursos hídricos e contribuindo para uma mudança comportamental em prol do ambiente;

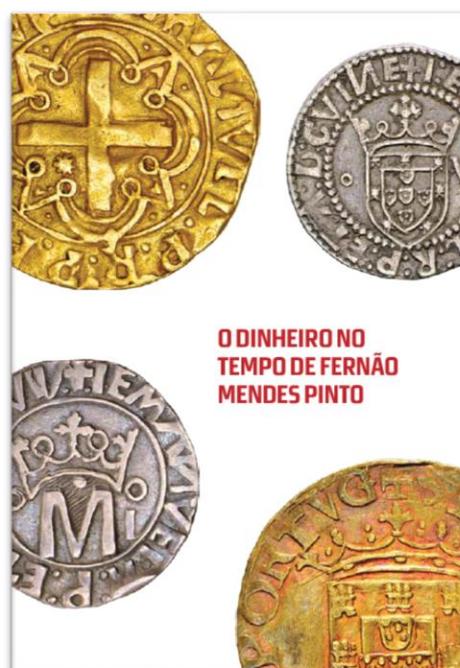
- A AdP e a EPAL abriram um laboratório da Água na KidZania, onde se pretende que as crianças aprendam mais sobre o Ciclo Urbano da Água;
- Desenvolvimento do projeto “Águas Sem Fronteiras”, que se trata de um programa especializado em abastecimento de água e saneamento de águas residuais para dar resposta a pedidos de ajuda humanitária e de cooperação internacional;
- Através da sua Direção de Engenharia, e em conjunto com a EPAL, teve um papel ativo e solidário na intervenção dos incêndios em Portugal de junho e outubro, no sentido de oferecer as competências técnicas existentes no Grupo;



- Desenvolvimento do programa de voluntariado corporativo “Gota a Gota Mudamos Vidas”, que estimula a participação voluntária dos colaboradores do Grupo em ações em prol da Comunidade;
- Integra o núcleo de fundadores do BCSD Portugal (Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável), e é associada Premium do IES (Instituto de Empreendedorismo Social);
- Apoio ao Banco Alimentar contra a fome;
- Desenvolvimento de programas de apoio técnico no acesso à água e saneamento em países em desenvolvimento, como Moçambique, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde.

INCM

- Edição de obras essenciais à cultura e língua portuguesa (com destaque para as edições recomendadas pelo Plano Nacional de Leitura);
- Manutenção do Museu Casa da Moeda, Arquivo Histórico e Biblioteca, onde se pretende preservar o valioso património da coleção de moedas e medalhas da INCM, facilitar a investigação académica, prestar apoio aos colecionadores e apreciadores do universo numismático e divulgar ao público em geral a moeda enquanto objeto que marca a nossa história, cultura e civilizações;
- O Museu é membro do ICOM (*The International Council of Museums*) e da FIDEM (*International Art Medal Federation*);
- Apoio a diversas causas, com moedas e medalhas;
- Apoio a iniciativas de incentivo às artes e literatura;
- Prémio Nacional de Ourivesaria;
- Apoio a iniciativas de incentivo à língua portuguesa em países da CPLP e outros países estratégicos (através de bolsas de estudo e investigação e Prémios Literários: Prémio INCM/Eugénio Lisboa em Moçambique, em parceria com a Imprensa Nacional de Cabo Verde, Prémio Arnaldo França, entre outros);
- Doação de livros a bibliotecas e escolas;
- Comemoração dos 250 anos da Imprensa Régia (a realizar em 2018 e 2019).



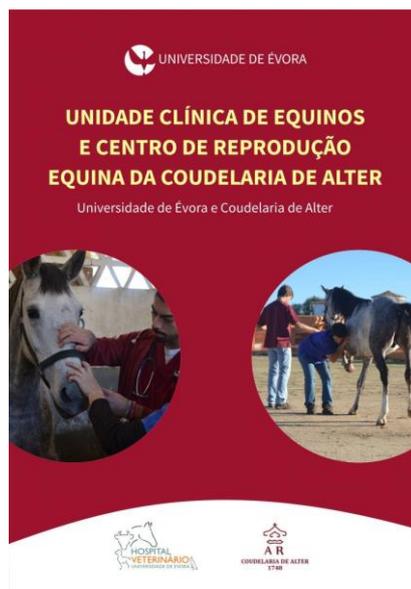
Grupo SIMAB

- Plano de Comunicação integrado na Estratégia definida para o Grupo SIMAB, que visou transversalmente os vários mecanismos de comunicação internos e externos do Grupo;
- Protocolo de colaboração com o órgão “Portugal sou eu” que prevê, no essencial, a adesão das empresas do Grupo SIMAB ao programa “Portugal sou eu”, a instalação de postos de informação/atendimento do Programa em todos os Mercados Abastecedores que gere, com o apoio técnico e logístico do referido Órgão Operacional, bem como a promoção e difusão conjunta das iniciativas a levar a cabo no quadro deste Programa de apoio à economia de base nacional;

- Dinamização de parcerias que criam valor em termos de dinamização económica, responsabilidade social e combate ao desperdício alimentar. Neste âmbito, o programa “5 ao Dia” foi objeto de dinamização acrescida e as parcerias com o Banco Alimentar e outras Instituições de Solidariedade Social tiveram continuidade na ação com reforço nas quantidades angariadas e disponibilizadas;
- Dinamização de parcerias com as Autarquias e com a imprensa com o objetivo de incrementar a atividade comercial e económica;
- Dinamização de outras parcerias Associativas e Institucionais, para dar resposta aos desafios e objetivos definidos na estratégia de desenvolvimento local e internacional;
- Dinamização de protocolos com Instituições do Ensino Superior para promover e assegurar mecanismos facilitadores de contacto entre os estudantes e a envolvente empresarial e promover a realização de estudos, ações de formação e de investigação e desenvolvimento.

COMPANHIA DAS LEZÍRIAS

- Unidade Clínica da Coudelaria de Alter abriu a prestação de serviços a outros criadores e particulares (serviço 24h). Foram ainda realizados dois workshops para clínicos, sobre temáticas atuais e com a presença de formadores internacionais;
- Inclusão da Coudelaria de Alter no Projeto REVIVE, que prevê a alocação dos seus edifícios para exploração turística, que se compatibilizará com a atividade coudélica;
- Ensaio de modelo de produção de sobreiros com suporte de rega seguido e avaliado pelos investigadores da Universidade de Évora, que têm trabalhado esta temática com o apoio da Amorim Florestal;
- Parceiro em vários projetos em áreas como a promoção da regeneração natural, a gestão integrada da cortiça, a utilização de imagens de satélite para avaliação do estado fisiológico, a nutrição e fertilização, em sobreiro e no montado, e gestão integrada dos agentes abióticos associados à perda de pinhão no pinheiro manso;
- Numa estratégia de ampliar o conhecimento sobre o território da CL e sobre as suas práticas de gestão agroflorestal e conservação dos recursos naturais, em plena colaboração com a comunidade científica, a CL foi objeto de inúmeros estudos e/ou



local de desenvolvimento de projetos de investigação florestal, teses de doutoramento, teses de mestrado, publicações em revistas internacionais, participações em congressos e outras publicações técnicas;

- Foi local de realização de mais de 50 estágios formativos nas áreas do turismo, comunicação, gestão equina, produção animal, veterinária, gestão desportiva, recursos florestais e *dressage*, para alunos de vários estabelecimentos de ensino de Norte a Sul do país assim como de França, Áustria, Alemanha, Holanda e Espanha;
- Semana de formação a mais de 100 alunos de medicina veterinária integrada em contexto de trabalho da Coudelaria de Alter;
- Visitas formativas no âmbito do projeto *SmartFarm* (parceria com a ANIPLA – Associação Nacional da Indústria para a Proteção das Plantas);
- Desenvolve atividades de turismo de natureza, tendo como melhor exemplo o Espaço de Visitação e Observação de Aves (EVOA), vocacionado para a educação ambiental sobre a importância do estuário do Tejo e da sua avifauna.



BAÍA DO TEJO

- Encontra-se em articulação com os municípios envolvidos a prosseguir os objetivos estratégicos do Projeto “Arco Ribeirinho Sul”. Neste âmbito foi criada a marca “*Lisbon South Bay*” para promoção internacional desses territórios;
- Articulação com os municípios nos vários projetos de Requalificação Territorial em curso;
- Desenvolvimento do projeto “VIA LISBOA”, na sequência de um protocolo de cooperação com o Município do Barreiro, Administração do Porto de Lisboa, REFER e Estradas de Portugal, que define os princípios de cooperação tendo em vista o aprofundamento dos estudos da construção do Terminal de Contentores no Barreiro e da ALITA (Área Logística Industrial e Tecnológica Anexa);
- Deu continuidade à vertente de inclusão social proporcionando estágios curriculares desenvolvidos por diversos parceiros de ensino superior e profissional.

FUNDIESTAMO

- Lançamento dos trabalhos necessários à criação do novo Fundo Nacional para a Reabilitação do Edificado (FNRE) que visa encontrar respostas adequadas à resolução de problemas habitacionais, pelo aumento da oferta disponível, especialmente em preço consentâneo com as características da procura.

CONSEST

- Tem vindo a trabalhar com o Município da Amadora no cenário do futuro desenvolvimento urbanístico do Terreno da Falagueira, de forma a colaborar com as entidades locais num projeto urbanístico para satisfação das necessidades da comunidade local.

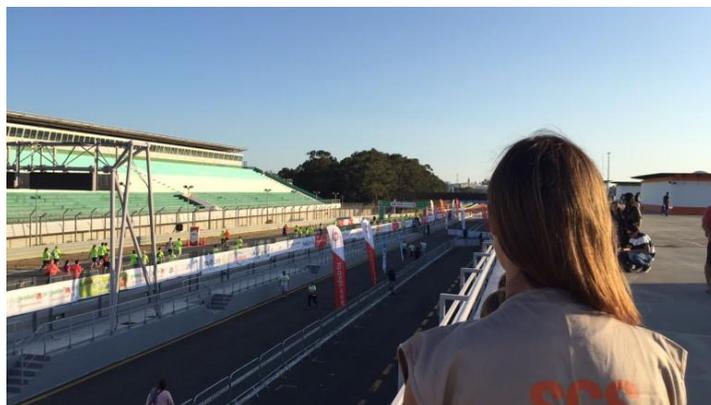
MARGUEIRA

- Cedência gratuita aos Bombeiros Voluntários de Cacilhas dos terrenos que servem de parque de estacionamento para sua exploração própria, e onde estes também têm as suas instalações;
- Articulação com o Município de Almada na definição das linhas de desenvolvimento integrado e harmonioso, satisfazendo as necessidades dos munícipes.

CIRCUITO ESTORIL

- O CE tem em projeto a construção de um kartódromo, assim seja obtido o respetivo licenciamento, com elevado potencial formativo, e uma escola de condução defensiva e desportiva;
- O CE permite anualmente o desenvolvimento, por parte de forças de segurança, ações de natureza formativa, para novos agentes, na condução de veículos de duas rodas.
- Ações realizadas em parceria com a FMP – Federação de Motociclismo de Portugal, durante as provas pontuáveis para os Campeonatos Nacionais de Motociclismo (acolhimento gratuito nos eventos):
 - Associação de surdos do concelho de Sintra;
 - Operação Nariz Vermelho;
 - Algumas Associações de Bombeiros Voluntários que participaram nos Incêndios da Zona Centro (Alcabideche, Sintra e Mem Martins);

- Santa Casa da Misericórdia de Lisboa – Lar de Acolhimento de Crianças e Jovens.
- Corrida Jumbo 2017 – Fundação Pão de Açúcar-Auchan (corrida de solidariedade).



CRUZ VERMELHA PORTUGUESA

- O Hospital, desde há longo tempo, tem desenvolvido políticas de responsabilidade social, acompanhando a missão da Cruz Vermelha, tendo desenvolvido um enorme esforço para incorporar em todas as suas atividades preocupações de carácter social, das quais se destacam:
 - Criação de um Fundo de Apoio financeiro para empréstimos em situações de emergência familiar;
 - Garantia de assistência hospitalar gratuita;
 - Complemento de subsídio de doença até 60 dias por ano;
 - Rastreios de várias especialidades para os colaboradores e familiares;
 - No âmbito da prevenção e bem-estar para a saúde desenvolveram-se rastreios gratuitos em diversas especialidades, nomeadamente:
 - Oftalmologia: rastreio de âmbito nacional, para avaliação de crianças dos 2 aos 5 anos e que abrangeu um universo de 11.500 crianças e rastreio de retinopatia diabética para todos os residentes na Junta de Freguesia onde o hospital se insere;
 - Cancro da Mama.
 - Oferta de cirurgias às cataratas, a utentes particularmente vulneráveis de vários municípios do País;
 - Apoio a Associações de carácter social como a Casa do Artista e Hospital dos Pequenininos da Faculdade de Medicina do Hospital Santa Maria;
 - Oferta de medicamentos e material de Armazém e Farmácia fora de prazo à SOS Animal;

- A criação de uma tabela de preços específica para Membros da CVP, que permite o acesso ao hospital também a pessoas com menos capacidade financeira;
- O Hospital integra a Comissão Social da Junta de Freguesia participando em todas as iniciativas que favorecem a integração e maior igualdade da população, designadamente na sua empregabilidade;
- Transporte gratuito de doentes do terminal de Sete Rios para o Hospital;
- Transporte gratuito de idosos de sua casa para o centro de dia da Junta de Freguesia.



5.3 Valorização dos Colaboradores

As várias empresas do Grupo PARPÚBLICA procuram adotar as melhores práticas de gestão dos recursos humanos, não obstante os constrangimentos que se têm vindo a verificar nesta área, no que se refere à possibilidade de ajustamentos no redimensionamento dos recursos e nas estruturas salariais e de benefícios atribuídos inerentes ao facto de pertencerem ao Setor Empresarial do Estado.

De uma forma genérica, tem havido preocupação em assegurar o bem-estar, motivação e satisfação dos seus colaboradores nomeadamente através do equilíbrio entre a vida pessoal e profissional e das oportunidades de carreira proporcionadas em diversas áreas do Grupo, bem como em adotar boas práticas ao nível da igualdade entre mulheres e homens, através da implementação de medidas ajustadas ao contexto e atividade de cada empresa, e em garantir a segurança e saúde no trabalho.

Por outro lado, também de uma forma genérica, as empresas do Grupo PARPÚBLICA adotam uma política de gestão dos seus recursos humanos orientada para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação através do envolvimento direto dos colaboradores com os objetivos estratégicos definidos para as empresas, no sentido de promover também o aumento da produtividade nas suas respetivas áreas de negócio.

Apresenta-se no quadro seguinte uma síntese de indicadores que procura caracterizar as várias realidades existentes neste campo nas empresas do Grupo PARPÚBLICA:

PARPÚBLICA	Grupo AdP	INCM	GRUPO SIMAB
31 Trabalhadores 64% Vínculo Permanente 58% Mulheres 48 anos média de idades	3.069 Trabalhadores 84% Vínculo Permanente 28% Mulheres 45 anos média de idades	674 Trabalhadores 90% Vínculo Permanente 46% Mulheres 46 anos média de idades	54 Trabalhadores 100% Vínculo Permanente 47% Mulheres 48 anos média de idades
COMPANHIAS LEZÍRIAS	FUNDIESTAMO	ESTAMO	BAÍA DO TEJO
90 Trabalhadores 100% Vínculo Permanente 29% Mulheres 48 anos média de idades	5 Trabalhadores 100% Vínculo Permanente 40% Mulheres 49 anos média de idades	7 Trabalhadores 43% Vínculo Permanente 71% Mulheres 42 anos média de idades	67 Trabalhadores 98% Vínculo Permanente 40% Mulheres 54 anos média de idades
MARGUEIRA	LAZER & FLORESTA	CIRCUITO ESTORIL	
4 Trabalhadores 100% Vínculo Permanente 50% Mulheres 49 anos média de idades	5 Trabalhadores 80% Vínculo Permanente 40% Mulheres 54 anos média de idades	14 Trabalhadores 100% Vínculo Permanente 36% Mulheres 50 anos média de idades	

5.3.1 Igualdade e Diversidade

Relativamente à igualdade e diversidade, as empresas do Grupo PARPÚBLICA também têm vindo a evidenciar preocupações, nomeadamente consagrando estes princípios nos seus valores através de Códigos de Ética, Planos de Igualdade de Género e das próprias Políticas de Recursos Humanos de cada uma das empresas.

Existem também preocupações de não discriminação na gestão diária dos recursos humanos, bem como nos processos de recrutamento e seleção, internos ou externos, nos quais se procura que sejam efetuados com total transparência, garantindo igualdade de oportunidades independentemente do género, idade, raça, religião e/ou orientação sexual de cada um.

As políticas de recursos humanos das várias empresas têm presente o princípio da igualdade salarial entre homens e mulheres, não constituindo este um fator discriminatório.

Importa, contudo, referir que no caso da empresa CL foi identificada a necessidade de intensificar medidas para contrariar a tendência histórica de desigualdade salarial neste

sector, penalizadora para as mulheres. Em qualquer caso, está já implementada uma política de meritocracia assente na qualidade e quantidade do trabalho desenvolvido, e não no género do trabalhador.

Em síntese, o tratamento dos aspetos de igualdade e diversidade nas várias empresas do Grupo PARPÚBLICA é feito por diversas vias:



5.3.2 Formação e Avaliação

Algumas das empresas do universo PARPÚBLICA têm promovido ações no âmbito da formação dos seus colaboradores, seja internamente ou externamente.

Os planos de formação estão inevitavelmente associados às necessidades de cada uma das empresas e seus colaboradores, como decorrentes das suas atividades próprias, havendo, contudo, alguns temas transversais abordados por algumas das empresas do Grupo, como sejam ações de formação nas áreas de Segurança e Higiene no Trabalho, planos de prevenção e emergência, entre outros.

PARPÚBLICA	GRUPO AdP	INCM	GRUPO SIMAB
196,5H Formação 5,5H / Trabalhador	67.207H Formação 21,9H / Trabalhador	18.000H Formação 26,7H / Trabalhador	1.753H Formação 30,2H / Trabalhador
COMPANHIA DAS LEZÍRIAS	FUNDIESTAMO	ESTAMO	BAÍA DO TEJO
201H Formação 2,2H / Trabalhador	57H Formação 11,4H / Trabalhador	77H Formação 11H / Trabalhador	866H Formação 12,9H / Trabalhador
MARGUEIRA	LAZER & FLORESTA	CIRCUITO ESTORIL	
60H Formação 15H / Trabalhador	7H Formação 1,4H / Trabalhador	42H Formação 3,2H / Trabalhador	

De referir adicionalmente que não estão consideradas no quadro anterior as horas de formação referentes a cursos de Licenciatura/Mestrado apoiados a colaboradores, quer na PARPÚBLICA, quer na MARGUEIRA.

Em face da sua especificidade, destaca-se que o Grupo Águas de Portugal desempenha um importante papel de catalisador de programas de formação académica e técnica, quer de organização própria quer através do apoio e parcerias com entidades externas (pós-graduação em Tecnologias e Gestão da Água).

No que se refere à evolução nas carreiras importa referir que, por força da Lei do Orçamento de Estado, os mecanismos de progressão se mantiveram suspensos em 2017.

Contudo, relativamente a esta questão, há a preocupação partilhada pela generalidade das empresas do grupo no sentido de desenvolver ou aprofundar sistemas de incentivo assentes em modelos de avaliação de desempenho dos colaboradores.

5.4 Valorização dos Aspetos Ambientais

O Grupo PARPÚBLICA assume os aspetos ambientais como um eixo essencial para garantir a sua sustentabilidade e a rentabilidade dos seus ativos. Acresce ainda o facto de que, devido à diversidade dos setores operativos e administrativos do Grupo, os aspetos ambientais podem assumir as mais diversas formas de atuação ou intervenção em cada uma das empresas.

Em termos gerais, o Grupo aposta na prevenção dos impactos ambientais em todas as suas intervenções na gestão e valorização dos recursos, promovendo a sua poupança e eficiência da utilização dos mesmos através da adoção das melhores práticas e da inovação tecnológica.

No caso concreto do Grupo AdP salienta-se ainda mais a importância da gestão dos riscos inerentes às alterações climáticas, à utilização eficiente da água, à importância da utilização e produção de energia renovável e à redução da emissão de gases de efeito de estufa.



Tendo em conta a diversidade de atividades e processos no seio das empresas do Grupo PARPÚBLICA consideramos importante referenciar as principais características, medidas planeadas e/ou adotadas e indicadores que permitem às empresas mais relevantes abordar e mitigar os riscos que estão associados à sustentabilidade ambiental:

PARPÚBLICA

Enquanto *Holding*, a atividade da PARPÚBLICA não se depara diretamente com questões de natureza ambiental, a não ser como mera utilizadora de bens e serviços. No entanto, mesmo a esse nível, é essencial acompanhar de forma constante a pegada ambiental da Instituição, bem como, efetuar melhorias que permitam uma melhor eficiência de recursos e um menor impacto no ambiente. Assim sendo, no âmbito das atividades de melhoria e desenvolvimento de uma maior sustentabilidade ambiental salientamos as seguintes medidas já aplicadas:

- Implementação de normas internas acerca da utilização dos sistemas AVAC, da utilização dos PC's, da iluminação, das impressões e de instalações vocacionadas a promover a poupança e consumo responsável dos recursos (água, energia elétrica e papel);
- Adoção da recolha seletiva de resíduos (sistema relativo à recolha de tinteiros e *toners* das impressoras).

No âmbito da sustentabilidade ambiental estão ainda previstas e em fase de implementação as seguintes medidas:

- Adoção de um novo sistema integrado de gestão e reporte da informação empresarial e de um novo sistema de gestão documental, assentes na integração dos processos de trabalho nas próprias plataformas informáticas e na generalização dos suportes digitais como base dos processos de trabalho e partilha de informação;
- Implementação de sistemas de validação e controlo de impressões.

Grupo AdP

No caso do Grupo ADP as questões ambientais, nomeadamente a gestão do ciclo urbano da água em equilíbrio com os ciclos da natureza e o combate às alterações climáticas, assumem um papel fulcral na sua atividade.

Nesse sentido, a conservação dos recursos aquíferos e dos ecossistemas e a redução das emissões atmosféricas de carbono constituem dois dos objetivos mais importantes da sustentabilidade da Instituição.

A própria atividade do Grupo AdP permite potenciar os aspetos positivos no âmbito da sustentabilidade económica, ambiental e social, tais como, a preservação dos recursos naturais e dos ecossistemas, a utilização de fontes de energia renovável, a proteção da saúde pública, a criação de valor e de postos de trabalho, o turismo e a educação ambiental e também minorar os aspetos negativos, tais como, o volume da água captada e as áreas ocupadas, os próprios consumos de energia, as emissões, a produção de resíduos e os impactos na biodiversidade e na população.

No âmbito das atividades de melhoria e desenvolvimento de uma maior sustentabilidade ambiental salientam-se as seguintes ações:

- O Projeto “Falanges” tem por objetivo a implementação de um programa de reprodução de peixes em perigo crítico de extinção, incluindo outras atividades de

monitorização e manutenção da vegetação ripícola, favorecendo a instalação de refúgios térmicos adequados à salvaguarda das populações endêmicas de peixes;

- A AdP Energias, em parceria com a entidade Lisboa e-Nova e com a Agência de Energia (ADENE), desenvolveu a aplicação “gestor remoto” que permite reportar e analisar a evolução dos consumos de energia nas principais infraestruturas das empresas do Grupo;
- O projeto “Life Impetos” consiste na instalação de dois protótipos na ETAR de Beirolas para a realização de testes e ensaios, com vista à análise de medidas para melhorar a remoção de produtos farmacêuticos em ETAR urbanas;
- A AdP reconhece anualmente as iniciativas e boas práticas que visem a melhoria da eficiência energética nas infraestruturas das empresas do Grupo através do “Prémio 0% Energia”.



Pela relevância das atividades desenvolvidas pelas empresas do grupo AdP em matéria ambiental consideramos também importante evidenciar alguns dos indicadores mais relevantes relativos a 2017, bem como, alguns objetivos para o futuro:

594 milhões de m ³ captados de água para abastecimento (aumento de 5% em relação a 2016)	75% das lamas são valorizadas (reaproveitadas) na indústria cimenteira e cerâmica (objetivo de 85% até 2020)	Autossuficiência (energia produzida/energia consumida) em 3%
Perdas de água (ineficiências) de 4% em “alta” e de 11% em “baixa” (objetivo de reduzir para 3% as perdas em “alta”)	94% das empresas estão certificadas na norma ISO 14001 (objetivo de 100% até 2020)	Do total de eletricidade produzida 39% foi vendida à rede e os restantes 61% foram consumidos pelo Grupo
Volume de águas residuais e repostas no meio hídrico de 477 milhões de m ³	47% das empresas apresentam infraestruturas certificadas pela ISO 50001 (objetivo de 100% até 2020)	Consumidos 2.985 m ³ de combustíveis líquidos (gasolina e gasóleo)

Cerca de 6,6 milhões de m³ de água desinfetada que é reutilizada (rega, lavagem e pavimentos, etc.) de forma a minimizar consumos

Consumidos 727,88 GW/h de energia em forma de eletricidade

Consumidos 8.269 m³ de GPL e 409.000 m³ de gás natural

Produzidas 568 toneladas de resíduos nas atividades administrativas, de manutenção e de laboratório

Painéis fotovoltaicos (mini e microprodução), microhídricas e biogás produziram 22,5 GW/h de energia em forma de eletricidade

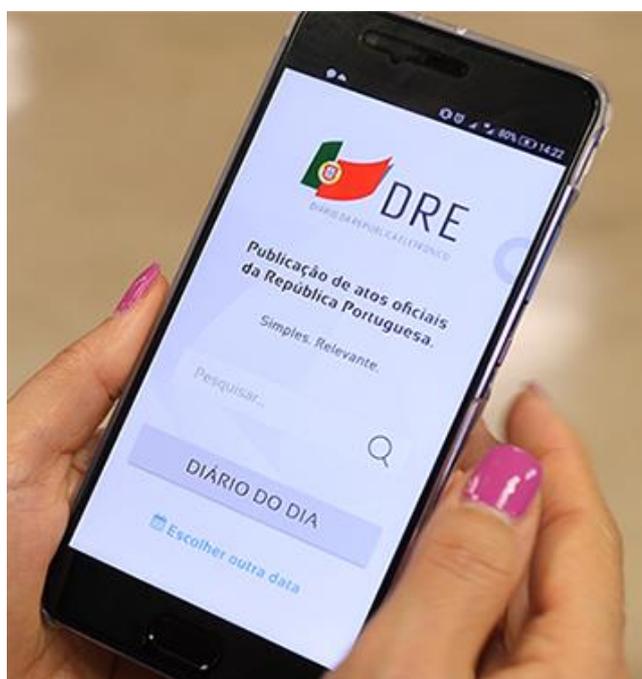
Aquisição de 127 veículos 100% elétricos na frota operacional de forma a reduzir em 43% a emissão de gases com efeitos de estufa

INCM

Relativamente à sustentabilidade ambiental a INCM definiu orientações de promoção do envolvimento de toda a empresa nas questões ambientais, de melhoria da eficiência ao nível da utilização de recursos (energéticos, água, matérias-primas, etc.), de concretização de uma Agenda para a sustentabilidade definida internamente, bem como, da adoção de práticas e técnicas apropriadas que melhorem o desempenho ambiental das atividades, produtos e serviços, de forma a prevenir e reduzir sistematicamente os impactos ambientais.

No âmbito das atividades de melhoria e desenvolvimento de uma maior sustentabilidade ambiental salientamos as seguintes:

- A *App* do Diário da República é uma aplicação móvel que permite aos utilizadores aceder, de uma forma simples, aos conteúdos do Diário da República das séries I e II, bem como consultar, partilhar e aceder a todos os diplomas publicados no jornal oficial. Este novo instrumento permite uma maior eficiência ambiental, possibilitando aos utilizadores acesso a qualquer momento aos documentos, e tornando



cada vez mais desnecessária a impressão de documentação;

- Foi reposto o normal funcionamento dos painéis solares existentes para o aquecimento de águas sanitárias no edifício da Casa da Moeda, sendo também substituído o termoacumulador e diversas luminárias foram convertidas para tecnologia LED;

- A pedido de alguns clientes, e de forma esporádica, têm sido adquiridas matérias primas com especificações de cariz ambiental, por exemplo, papel reciclado para boletins de voto e papel FSC gomado para selos postais;

Consideramos também importante evidenciar alguns dos indicadores mais relevantes da atividade da INCM relativos a 2017:

Certificada na norma ISO 14001

Consumo anual de água ascendeu a 23.516 m³

Produzidas 540 toneladas de resíduos, sendo 95% resíduos não perigosos e os restantes 5% perigosos

Consumos totais de eletricidade (90%), gás natural (6%) e gasóleo (4%) ascenderam a 24.299 CJ

Utilizadas 2.330 toneladas de matérias primas, sendo os metais (46%) e papel e cartão (41%) os mais utilizados

Resíduos produzidos são aproveitados para operações de valorização 94% dos resíduos não perigosos e 22% dos resíduos perigosos

Grupo SIMAB

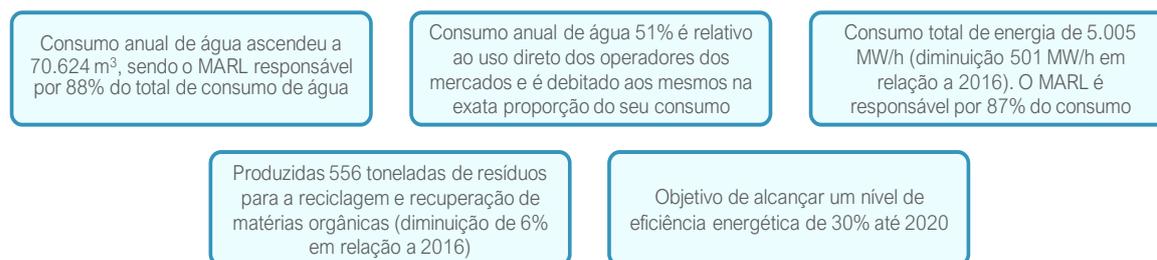
A SIMAB é uma empresa que gere os mercados abastecedores de Lisboa, Braga, Évora e Faro, tendo nesse âmbito responsabilidades ambientais de elevada importância, nomeadamente, as relativas às condições de gestão das operações dos mercados sob sua gestão, através da realização de investimentos de reabilitação e construção de infraestruturas, bem como da adoção de boas práticas de racionalização e poupança na utilização de recursos, tais como, a energia, a água, o frio e o gás e a respetiva triagem dos resíduos, que contribuam para valorização dos mesmos.



No âmbito das atividades de melhoria e desenvolvimento de uma maior sustentabilidade ambiental salientam-se as seguintes ações:

- A SIMAB investiu 155 mil euros para reforçar as políticas ambientais do Mercado Abastecedor de Lisboa, criando sistemas para gestão de consumos de luz, água e gás e para captação de água subterrânea. O investimento mais elevado foi na instalação de sistemas de gestão de consumos de eletricidade, gás e água, alguns dos quais já estão em utilização (*Power Monitoring Expert – PME*);
- Intervenção nos *chillers* (equipamentos de grande porte responsáveis pela climatização/refrigeração dos pavilhões), tendo sido instalados quatro tanques de inércia nos terraços técnicos dos pavilhões, com vista a minimizar tempos de paragem e arranque de compressores, sendo que esta medida irá permitir uma redução anual no consumo de energia de cerca de 440 MW/h;
- Continuação do projeto de utilização de equipamentos reguladores de tensão, substituição da iluminação existente por tecnologia LED, bem como a limpeza regular dos balastos e luminárias, a regulação automática da iluminação pública (horário verão/inverno) e o planeamento de execução de atividades consumidoras de energia em horários de vazio e supervazio;
- Instalação e manutenção de detetores de movimento para a iluminação nas instalações sanitárias de acesso público no MARB, com o objetivo de economizar energia elétrica;
- Alargamento do parque de contentores de resíduos disponíveis no MARL;
- Em março de 2017, por ocasião do dia da Árvore, os colaboradores do SIMAB e do MARL promoveram um evento de plantação de 200 árvores (azevinhos e pinheiros) no âmbito da preservação ambiental.

Consideramos também importante evidenciar alguns dos indicadores mais relevantes da atividade do Grupo SIMAB relativos a 2017, bem como, alguns objetivos para o futuro:



COMPANHIA DAS LEZÍRIAS

A CL é a maior exploração agropecuária e florestal existente em Portugal, pelo que é essencial a promoção de boas práticas de gestão de todos os ativos, de acordo com os mais elevados padrões ambientais, éticos e legais, de forma a minimizar o impacto da sua atividade no meio ambiente.

Um dos objetivos primordiais da CL é a valorização e a rentabilização dos recursos naturais onde é desenvolvida a sua atividade, apostando a empresa na intensificação sustentável dos recursos, que se apresenta como um dos maiores desafios para a agricultura nacional.

O património da CL é também local de estudo para a agropecuária e silvicultura nacionais, através das Universidades que a procuram pela diversidade de habitats, espécies, animais e vegetais, que nele habitam.



No âmbito das atividades de melhoria e desenvolvimento de uma maior sustentabilidade ambiental salientam-se as seguintes ações:

- Relativamente ao arrozal da Lezíria, a substituição do gasóleo e dos geradores por eletricidade (energia mais limpa), numa área útil de 301 ha, permitiu reduzir os custos em 46%;
- Instalação de painéis fotovoltaicos nos abeberamentos de bovinos na Charneca e Lezíria, substituindo o combustível poluente (gasóleo) por energia renovável;
- Na plantação de milho no Catapereiro (336 ha), as alterações efetuadas nos sistemas de rega, diminuíram as perdas de água permitindo uma melhoria na eficiência de rega de 25%;
- Candidatura ao Fundo Ambiental para o EVOA (Espaço de Visitação e Observação de Aves) adquirir uma viatura elétrica e para instalação de painéis fotovoltaicos (energia solar);
- Modo de produção biológico em que se reproduzem e crescem os efetivos pecuários;
- Adoção do regime de Produção Integrada no que respeita à condução de culturas anuais como o milho e o arroz, culturas perenes como a vinha através do projeto ABC2020 (+Ambiente +Biodiversidade -Carbono em 2020) e o olival;

- Realização anual de diversos estudos de monitorização ambiental, em colaboração com unidades de investigação de universidades e institutos especializados;
- Instalação de uma sebe viva com vista à constituição de um corredor ecológico que permita a salvaguarda das espécies;
- O Projecto “TytoTagus” que consiste no estudo da biologia da dispersão das corujas que se concentram em grande número durante o verão na Lezíria Sul;
- Reforço das populações de coelhos como medida de conservação de predadores;
- Levantamento com identificação/cartografia da diversidade de plantas vasculares na Companhia das Lezírias;
- Estudo de análise das relações entre a disponibilidade de cavidades para a nidificação de aves insectívoras do pinhal bravo e do montado e a ocorrência das pragas florestais destes povoamentos;
- Os 6.300 hectares de montado de sobro passam a constituir um espaço de estudos de longo prazo (mais de 30 anos) para questões de ecologia ligadas ao montado (plataforma *Long Term Site for Ecological Research*);
- Certificação florestal por norma internacional (*Forest Stewardship Council SA – FM/COC - 002659*).



BAÍA DO TEJO

A BdT tem tido como principal responsabilidade ambiental a requalificação dos territórios das antigas áreas industriais da Quimiparque, no Barreiro e da Siderurgia Nacional, no Seixal, em conjunto com as respetivas Autarquias, procurando eliminar os passivos históricos existentes e criando, desta forma, condições ambientais para a instalação de atividades económicas geradoras de emprego e desenvolvimento local destes concelhos.

No âmbito das atividades de melhoria e desenvolvimento de uma maior sustentabilidade ambiental salienta-se as seguintes ações:

- Continuação dos trabalhos de remoção dos passivos ambientais, através da valorização de 17.300 toneladas de pirites verdes purificadas no Parque Empresarial do Barreiro, no valor de 2.773.750 euros, assim como com o início da operação de remoção de lamas de Zinco, também depositadas no Parque Empresarial do Barreiro no valor de 2.558.720 euros (intervenções geridas pelo ACE ADP Serviços, Baía do Tejo – Barreiro). Estes trabalhos de remoção irão prosseguir em 2018;
- Protocolo tripartido entre a BdT, a Águas de Lisboa e Vale do Tejo e a Câmara do Barreiro, com o objetivo de assegurar o tratamento das águas residuais do Parque Empresarial do Barreiro e áreas urbanas adjacentes na Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR). O protocolo está em fase de adjudicação da empreitada e prevê as ações a desenvolver para ligação dos efluentes da BdT à rede em alta da Águas de Lisboa e Vale do Tejo, assegurando o tratamento das águas residuais, estando previsto o início dos trabalhos em 2018 (prazo de execução de 120 dias);
- O projeto “POSIDON”, no qual a BdT integra o consórcio como “observador”, conta com a cooperação dos Municípios de Trieste (Itália), Bilbao (Espanha) e *Area Science Park*, entre outros, e tem como objetivo a procura de um processo inovador de descontaminação de solos em áreas contaminadas com passivos ambientais históricos, no âmbito do programa Horizonte 2020;
- Estão a ser implementadas medidas no âmbito do Ambiente e Segurança, com objetivo de obtenção das certificações ISO 14001:2012 e OHSAS 18001:2007;



Consideramos também importante evidenciar alguns dos indicadores mais relevantes da atividade da BdT relativos a 2017, bem como, alguns objetivos para o futuro:

Reserva de 1.600.000 euros consignada à responsabilidade ambiental, para cobertura de eventuais danos ambientais

Certificada nas normas ISO 9001:2008

Redução de 24% do consumo energético no Parque Empresarial de Estarreja em relação ao ano de 2016

Redução de 3% no volume de perdas de água da rede de abastecimento no Parque Empresarial do Seixal em relação ao ano de 2016

No PE do Barreiro valorizaram-se de 27.000 toneladas de cinzas de pirite purificadas, originando um rendimento no montante de 15.000 euros

CIRCUITO ESTORIL

A Sociedade Circuito do Estoril CE tem a sua atividade centrada na valorização e exploração da capacidade instalada do Circuito Estoril, sendo que a gestão de um autódromo apresenta vários desafios em matéria ambiental. Assim sendo, a empresa está empenhada na atenuação dos impactos da sua atividade sobre o ambiente e na promoção da sustentabilidade.

No âmbito das atividades de melhoria e desenvolvimento de uma maior sustentabilidade ambiental salientam-se as seguintes ações:

- Eficiência na utilização de recursos, promovendo a melhoria de eficiência energética no consumo, com novos sistemas de iluminação através de aparelhos de baixo consumo;
- Controlo mais apertado do consumo energético;
- É efetuada captação de água em 7 furos de águas subterrâneas cuja água captada é armazenada em 5 reservatórios que por sua vez abastecem a rede interna de distribuição de água sendo estimado que 98% do consumo de água do autódromo provenha dos furos existentes;
- A atividade do autódromo tem funcionamento pontual com distribuição não regular ao longo do ano que conduz a resultados médios menos graves do que as condições de incomodidade pontual verificadas durante a ocorrência dos eventos realizados, sendo que cumpre, salvo exceções devidamente autorizadas pelas autoridades competentes, o horário de ruído definido pela Câmara Municipal de Cascais entre as 8h00 e as 20h00. De referir ainda que, no âmbito do plano de monitorização do ruído, o CE está definido pela Câmara Municipal de Cascais como uma “zona mista” de ruído;
- A corrida de solidariedade Jumbo 2016 (Fundação Pão de Açúcar-Jumbo) foi a primeira iniciativa desportiva em Portugal com selo de certificação de Evento Mais Sustentável;
- Os pneus utilizados nas provas e testes são recolhidos por uma empresa especializada e depositados no Centro Integrado de Tratamento de Resíduos Industriais (CITRI);
- Os óleos utilizados no autódromo são recolhidos por uma empresa especializada, através um protocolo, sendo esta empresa aderente ao Sistema Integrado de Gestão de Óleos Usados e cumprindo os requisitos legais e cidadania no tratamento dos óleos usados e desta forma contribuindo ativamente para proteger o ambiente.



CONSEST

A atividade da CONSEST centra-se no desenvolvimento imobiliário de um único ativo, designado por “Posto Central de Avicultura”, sito na Falagueira, no Concelho da Amadora,

com uma área de 593.062 m² com vista à sua subsequente comercialização pelo que, no âmbito ambiental, todos os seus recursos são utilizados nos riscos associados a esse ativo. Assim sendo, a CONSEST desenvolve a sua atividade velando pela poupança de recursos e pela adoção de práticas que permitam mitigar ou eliminar os custos ambientais que, do simples exercício da sua atividade, naturalmente decorrem.

No âmbito das atividades de melhoria e desenvolvimento de uma maior sustentabilidade ambiental salientamos o desenvolvimento de estudos e projetos relativos ao seu único ativo em total observância dos instrumentos de planeamento vigentes e em estreita ligação com as entidades licenciadoras observando sempre os requisitos de preservação ambiental, de modo a que o desenvolvimento imobiliário do terreno da Falagueira se faça num quadro de sustentabilidade urbana e ambiental.

FUNDIESTAMO

A atividade da FUNDIESTAMO consiste na gestão de Fundos de Investimento Imobiliário, sendo que é nesse âmbito, enquanto sociedade gestora, que gere e controla os riscos ambientais que sejam relevantes na sua atividade.

No âmbito das atividades de melhoria e desenvolvimento de uma maior sustentabilidade ambiental salientam-se as seguintes ações:

- Aquando da aquisição dos imóveis para os fundos geridos, determinar a sua situação ambiental concreta e adotar as medidas que assegurem a sua sustentabilidade ambiental;
- Certificação energética de todos os imóveis geridos pelos Fundos;
- Ações tendentes à melhoria da qualidade do ar ambiente e eficiência energética dos imóveis geridos pelos Fundos.

ESTAMO

A ESTAMO tem como objetivo a compra de imóveis para revenda e/ou arrendamento e nesse âmbito as suas preocupações centram-se na gestão e controlo dos riscos ambientais decorrentes da operação dos imóveis detidos.

No âmbito das atividades de melhoria e desenvolvimento de uma maior sustentabilidade ambiental salientam-se as seguintes ações:

- Trabalhos relacionados com a Certificação Energética e Qualidade do Ar Interior de diversos edifícios, com vista à obtenção das respetivas certificações;
- Serviços de manutenção e inspeção dos postos de transformação em todos os imóveis;
- Reciclagem de todos os seus consumíveis e economato;
- Implementação de processos organizacionais assentes na desmaterialização do papel por recurso a sistemas digitais de gestão documental.

MARGUEIRA

A MARGUEIRA tem como objetivo exclusivo a administração, gestão e representação do Fundo Imobiliário Margueira Capital, que se encontra em processo de liquidação, encontrando-se os ativos (Estaleiro da Margueira) do Fundo em processo de preparação de alienação à Baía do Tejo.

Relativamente ao Estaleiro da Margueira as matérias ambientais poderão assumir um papel fundamental, no processo de desenvolvimento do projeto urbanístico a levar a cabo no território da Margueira, uma vez que esse desenvolvimento exige o levantamento e remediação dos passivos ambientais, em termos que se encontram salvaguardados no regulamento do Plano de Urbanização (PUAN).

No âmbito das atividades de melhoria e desenvolvimento de uma maior sustentabilidade ambiental salientam-se as seguintes ações:

- A Margueira procedeu à renegociação do contrato com o seu prestador de serviços de eletricidade tendo o mesmo prestador oferecido um estudo de otimização do consumo energético nas principais instalações da Empresa, estudo esse que está em curso;
- Recolha seletiva de resíduos (sistema relativo à recolha de tinteiros e *toners* das impressoras e dos desperdícios obtidos com o processo de jardinagem).
- Perspetiva da reciclagem dos materiais obtidos na demolição do estaleiro para contenção do perímetro de água.

Consideramos também importante evidenciar alguns dos indicadores mais relevantes da atividade da MARGUEIRA relativos a 2017:

Consumo de eletricidade de 54.424 euros, sendo que, 20.863 euros foram redebitados aos arrendatários

Consumo eletricidade de 425.472 KWh

Consumo de água de 16.740 euros que equivale a 4.034 m³

Consumo de gás de 4.699 euros que equivale a 7.174 m³

SAGESECUR

A SAGESECUR, enquanto sociedade instrumental da PARPÚBLICA, adquire, administra e aliena valores mobiliários, incluindo a conceção, desenvolvimento e participação em projetos de investimento em valores imobiliários e ainda no arrendamento ou aluguer de ativos adquiridos para esses efeitos, não sendo a sociedade diretamente responsável pela condução dos procedimentos administrativos e operacionais, esta matéria encontra-se fora da sua esfera de intervenção, embora as recomendações em matéria de sustentabilidade não deixem de ser prioritárias, até pela relação estreita desta sociedade com a PARPÚBLICA.

LAZER & FLORESTA

A atividade da Lazer & Floresta consiste no planeamento, promoção e desenvolvimento de projetos de atividades agrícola e pecuária, florestal, imobiliária, turística e cinegética, sendo que, nesse âmbito a vertente ambiental apresenta-se como fulcral para o desenvolvimento sustentável da empresa. A Lazer & Floresta, como sociedade detentora ou arrendatária de cerca de 17.000 hectares, desenvolve esforços para aplicar as melhores práticas florestais e agro-silvícolas e implementar programas de vigilância, prevenção e combate a fogos florestais e de preservação dos ativos biológicos do património sob sua gestão.

Assim sendo, a empresa assume como prioritária a Defesa da Floresta Contra Incêndios (DFCI) conforme instituída pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), tendo para esse efeito subcontratado para apoio operacional a entidade Afocelca (missão de apoiar o combate aos incêndios florestais) e tendo também efetuado limpezas de matos ou pastagens naturais em caminhos interiores e exteriores das propriedades sob gestão de forma a cumprirem com a regulamentação em vigor. Ainda relativamente à questão dos

incêndios, no património florestal da Lazer & Floresta, apuram-se em 2017 as seguintes perdas de espécies (em hectares):

Espécies	Meses de incêndios					Total
	Abril	Junho	Julho	Julho	Outubro	
Pinheiro Bravo	7,00	-	-	-	162,82	169,82
Eucalipto	-	0,50	0,10	140,60	19,70	160,90
Outras espécies	-	-	-	-	2,40	2,40

CRUZ VERMELHA PORTUGUESA

O Hospital Cruz Vermelha, com mais de 50 anos de atividade, e uma marca de forte reconhecimento público, é uma unidade hospitalar que tem vindo a ser objeto de modernização ao longo dos anos tentando sempre incorporar em todas as suas atividades as preocupações com a sustentabilidade ambiental.

No âmbito das atividades de melhoria e desenvolvimento de uma maior sustentabilidade ambiental salientam-se as seguintes ações:

- Gestão dos resíduos hospitalares de acordo com as melhores práticas para o setor, com prioridade para a valorização económica de resíduos.
- eliminação do consumo de papel através da implementação do processo eletrónico (por exemplo a substituição da emissão de recibos de vencimento em papel para emissão dos mesmos por via eletrónica);
- Entrega dos exames imagiográficos aos clientes em CD ou de Patologia clínica por via eletrónica;
- Recolha e entrega de embalagens, bem como, de pilhas, baterias e lâmpadas para reciclagem;
- Substituição das lâmpadas tradicionais por lâmpadas LED de baixo consumo energético;
- Ações de sensibilização para os colaboradores no âmbito da poupança de energia;

6. Nota Final

O processo de elaboração do relatório de sustentabilidade permite à PARPÚBLICA aprofundar a reflexão sobre os passos realistas e viáveis para a construção de um futuro sustentável, para além de constituir uma ferramenta importante para a assunção e manutenção de compromissos nessa construção, o que representa um verdadeiro desafio.

Assim sendo, com a elaboração deste relatório, a PARPÚBLICA procura apresentar aos seus *stakeholders* o seu compromisso com o desenvolvimento sustentável nas suas diversas vertentes: valorização dos seus negócios, entrega de valor para a Sociedade, valorização dos seus colaboradores, e respeito pelos aspetos ambientais.

O Grupo PARPÚBLICA, de acordo com as especificidades de cada um dos seus segmentos de negócio, tem procurado que as suas várias atividades sejam desenvolvidas de forma sustentável, e sempre em estreita ligação com os seus *stakeholders*, em particular naquelas onde presta serviços públicos de interesse geral, sempre com um objetivo de maximização de seus resultados.

No seu primeiro Relatório de Sustentabilidade, a PARPÚBLICA procura divulgar as suas várias iniciativas e preocupações nos aspetos considerados materiais, bem como das suas participadas, pretendendo-se dar continuidade a este propósito, de uma forma cada vez mais completa e respeitando as melhores práticas internacionais.

Este constitui um compromisso da PARPÚBLICA.

Miguel Jorge de Campos Cruz
Presidente

Carlos Manuel Durães da Conceição
Vice-Presidente

Maria Amália Freire de Almeida
Vogal Executiva

Mário Manuel Pinto Lobo
Vogal Executivo

ANEXO: Tabela GRI

GRI	Página
Estratégia e Análise	
G4-1 - Declaração do Presidente do Conselho de Administração	1 e 2
G4-2 - Principais impactos, riscos e oportunidades	19 a 27
Perfil Organizacional	
G4-3 - Nome da organização	1 a 13
G4-4 - Principais produtos e serviços	1 a 13
G4-5 - Localização da sede da organização	1 a 13
G4-6 - Países em que opera	1 a 13
G4-7 - Tipo e natureza legal de propriedade	1 a 13
G4-8 - Mercados servidos	1 a 13
G4-9 - Dimensão da organização	1 a 13
G4-10 - Caracterização dos Colaboradores	41 a 42
G4-11 - Percentagem de trabalhadores abrangidos por acordos de negociação coletiva	-
G4-12 - Cadeia de fornecimento	24 a 27
G4-13 - Principais mudanças durante o período coberto pelo relatório	27 a 59
G4-14 - Explicação sobre se e como o princípio de precaução é tratado pela organização	18 a 24
G4-15 - Cartas, princípios ou outras iniciativas externas sobre questões económicas, ambientais e sociais que a empresa subscreva ou endosse	1 a 5 e 19 a 20 e 27 a 59
G4-16 - Principais adesões a associações e/ou organizações nacionais ou internacionais	27 a 59
Aspectos Materiais e Limites	
G4-17 - Lista das entidades a considerar num relatório financeiro consolidado	7 a 13 e R&C 2017
G4-18 - Processo para definição do conteúdo e limites do relatório	3 a 5
G4-19 - Lista dos aspetos materiais identificados	27 e 28
G4-20 - Identificação dos aspetos materiais no interior da organização e seus limites	27 e 28
G4-21 - Identificação dos aspetos materiais no exterior da organização e seus limites	27 e 28
G4-22 - Efeitos de quaisquer reformulações de informações fornecidas em relatórios anteriores e as razões para tais reformulações	-
G4-23 - Mudanças significativas em comparação com anos anteriores no que se refere ao âmbito e limites	-
Envolvimento com as Partes Interessadas	
G4-24 - Lista das partes interessadas da organização	24 a 27
G4-25 - Base para identificação das principais partes interessadas	24 a 27, RG e RS das empresas do Grupo
G4-26 - Formas de consulta às partes interessadas	RG e RS das empresas do Grupo
G4-27 - Principais questões e preocupações apontadas pelas partes interessadas como resultado da consulta e como a organização responde a estas questões e preocupações	RG e RS das empresas do Grupo

GRI	Página
Perfil do Relatório	
G4-28 - Período coberto pelo relatório	1 a 5 e 58 a 59
G4-29 - Data do relatório anterior mais recente	1 a 5
G4-30 - Ciclo de emissão de relatórios	1 a 5 e 58 a 59
G4-31 - Dados para contactos em caso de perguntas relativas ao relatório ou seu conteúdo	3 a 5
G4-32 - Nível de aplicação, índice de conteúdo da GRI, referência ao relatório de verificação externa	3 a 5
G4-33 - Política e procedimento relativamente à verificação externa do relatório	3 a 5
Governance	
G4-34 - Estrutura de governação da organização	13 a 18 e RGS 2017
G4-35 - Processo de delegação de autoridade (nas áreas económica, ambiental e social) da gestão de topo em membros executivos ou outros trabalhadores	13 a 18 e RGS 2017
G4-36 - Identificação de membros de nível executivo com responsabilidade por temas económicos, ambientais e sociais	13 a 18 e RGS 2017
G4-37 - Processos de consulta entre as partes interessadas e a gestão de topo da organização	24 a 27
G4-38 - Composição do Conselho de Administração	13 a 18 e RGS 2017
G4-39 - Indicação se o Presidente do Conselho de Administração é membro executivo e suas funções	13 a 18 e RGS 2017
G4-40 - Procedimentos de seleção e nomeação dos membros do Conselho de Administração e critérios seguidos	13 a 18 e RGS 2017
G4-41 - Procedimentos para a gestão de topo evitar e gerir conflitos de interesse	13 a 24 e RGS 2017
G4-42 - Envolvimento do Conselho de Administração e membros executivos no desenvolvimento, aprovação e atualização da visão, missão, estratégia, política e metas relacionadas com os impactos económico, ambiental e social da organização	1 a 3, 27 e 28 e RGS Parpublica
G4-43 - Medidas para desenvolver e melhorar os conhecimentos globais do Conselho de Administração nas áreas económica, ambiental e social	RGS Parpublica
G4-44 - Procedimentos de avaliação do desempenho do Conselho de Administração no que diz respeito às áreas económica, ambiental e social; independência e frequência da avaliação; ações tomadas em resposta à avaliação (alterações de práticas organizacionais, mudanças de cargos)	RGS Parpublica
G4-45 - Envolvimento do Conselho de Administração na identificação e gestão dos impactos, dos riscos e das oportunidades; e na implementação de processos de diligência; consulta às partes interessadas durante o processo	13 a 27 e RGS 2017
G4-46 - Envolvimento do Conselho de Administração na revisão da eficácia dos processos de gestão de risco da organização nas áreas económica, ambiental e social	13 a 24 e RGS 2017
G4-47 - Frequência com que o Conselho de Administração revê os impactos (económico, ambiental e social), os riscos e as oportunidades	13 a 24 e RGS 2017
G4-48 - Comissão ou função que inclui a revisão formal e aprovação do Relatório de Sustentabilidade da organização e assegura a cobertura de todos os aspetos materiais	13 a 24 e RGS 2017
G4-49 - Processo de comunicação de preocupações críticas à gestão de topo.	13 a 27 e RGS 2017
G4-50 - Número e natureza de preocupações críticas comunicadas à gestão de topo e mecanismos utilizados para responder e resolver	-
G4-51 - Política de remuneração do Conselho de Administração e membros executivos: fixa e variável, bónus e incentivos, benefícios, pagamentos de rescisão, relação com objetivos	RGS 2017
G4-52 - Processo para determinar remuneração; envolvimento de consultores independentes no processo	RGS 2017
G4-53 - Integração da opinião das partes interessadas quanto à remuneração	-
G4-54 - Relação entre a remuneração total anual do indivíduo mais bem-pago e a média das remunerações totais anuais de todos os colaboradores (exceto o mais bem-pago)	-
G4-55 - Relação entre o aumento percentual da remuneração total anual do indivíduo mais bem-pago e o aumento percentual médio das remunerações totais anuais de todos os colaboradores (exceto o mais bem-pago)	-
Ética e Integridade	
G4-56 - Valores, princípios, padrões e normas de comportamento tais como códigos de conduta e códigos de ética	1 a 5, 19 a 21, 42 a 43 e RGS 2017
G4-57 - Mecanismos internos e externos para obtenção de aconselhamento em comportamento legal, ético e de integridade da organização	13 a 24 e RGS 2017
G4-58 - Mecanismos internos e externos para denúncia de comportamento ilegal ou anti-ético ou questões sobre integridade da organização	13 a 24 e RGS 2017